

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus de Ourinhos

LARISSA GÂNDARA SIMÃO

**ESTUDO DA GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA-  
SP: A RETOMADA DO CONSELHO CONSULTIVO E AS QUESTÕES  
DO ENTORNO.**

Ourinhos – SP  
JAN/2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus de Ourinhos

ESTUDO DA GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA-SP:  
A RETOMADA DO CONSELHO CONSULTIVO E AS QUESTÕES DO  
ENTORNO.

**Larissa Gândara Simão**

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca  
examinadora para obtenção do título de Bacharel em  
Geografia pela Unesp – Campus Experimental de Ourinhos.*

Orientadora: Luciene Cristina Risso

Ourinhos – SP  
JAN/2014

**Banca examinadora**

Profa. Dra. Luciene Cristina Risso (Orientadora)

---

Profa. Dra. Carla Cristina Reinaldo Gimenez de Sena

---

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

---

Ourinhos, 05 de fevereiro de 2014.

**Aos meus pais,  
fonte de amparo e dedicação,  
com todo meu amor.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais Marcelo e Mirza por todo apoio, carinho e incentivo dado a mim nesses cinco anos em que estive tão longe de casa, no intuito de alcançar meu objetivo. Agradeço por todo amor e paciência, principalmente nos momentos mais difíceis.

Ao Rafael e a Flávia, meus irmãos, pelas risadas, conversas, companheirismo e pela imensa saudade que muitas vezes me tomava em Ourinhos. Aos meus avós Roberto, Anna Maria e Maria Rozaria, por toda ajuda no desenvolvimento desse trabalho. À Fabrícia e ao Francisco, aos meus tios, tias, primos e primas, enfim, a toda minha família que sempre me apoiou nas minhas decisões.

Agradeço a Iris Romagnoli, Nadia Sarmiento, Ana Claudia Carvalho, Angela Machado, Gabriela Suzart e Willian Santos, que juntos formamos a República Amnésia, minha casa, lugar onde eu encontrava conforto, carinho, conselhos, local de estudos, de festas, de agregados, de amizade verdadeira, só podendo agradecer de verdade a essas pessoas que caminharam comigo.

Um agradecimento especial novamente a Iris Romagnoli, Nadia Sarmiento, Juliana Zanchetta, Rafaele Delboni e Arthur Boscariol, amigos que se tornaram irmãos em Ourinhos, os quais aprendi admirar e respeitar, pessoas com quem dividi meus sonhos, meus medos, mas que acima de tudo sempre estiveram do meu lado, em todos os momentos durante esses cinco anos, pessoas que levarei junto de mim para onde quer que eu vá, muito obrigada.

Aos amigos e colegas da VII Turma Unesp Ourinhos pela amizade, afeto e união e, em geral, aos amigos que fiz na Unesp Ourinhos, um campus muito especial, que deixará muitas saudades.

A todos os meus amigos de Santa Rita do Passa Quatro que direta ou indiretamente me ajudaram e contribuíram para que eu pudesse concluir esse trabalho com êxito.

Agradeço a minha orientadora Luciene Rizzo, por todos os anos de pesquisa junto ao CENPEA e por todo o apoio, dedicação e atenção no andamento deste trabalho e durante toda a graduação.

À Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” pela ótima formação acadêmica e aos professores e funcionários que convivi no decorrer da minha graduação.

Agradeço ao gestor do Parque Estadual de Vassununga, Luis Tadeo Gimenes, pela sua disponibilidade e receptividade em me receber para as entrevistas e questões referentes à unidade de conservação em questão.

Muito Obrigada.

**Resumo:**

O Parque Estadual de Vassununga (PEV) localiza-se no município de Santa Rita do Passa Quatro – SP e apresenta remanescentes significativos de Cerrado e Mata Atlântica do Interior (Floresta Estacional Semidecidual). O parque é dividido em seis glebas (Pé-de-Gigante, Capão da Várzea, Capetinga Leste, Capetinga Oeste, Praxedes e Maravilha), pelos quais a Rodovia Anhanguera (SP-330) os corta, prejudicando sua conectividade e favorecendo a mortandade de muitos animais. Além dessa questão, outro problema que afeta a unidade de conservação é o seu entorno, composto basicamente de plantações de cana-de-açúcar e eucalipto, contando ainda com a frequente utilização de agrotóxicos, o que acredita-se que seja prejudicial para o solo e o lençol freático. Devido à fragilidade destes fragmentos, o objetivo principal deste trabalho é analisar a gestão, principalmente quanto aos aspectos sociais, ou seja, como o parque lida com os conflitos sociais do entorno e também com a questão do conselho consultivo que foi suspenso. Espera-se contribuir para as discussões geográficas da gestão nesta Unidade de conservação brasileira.

**Palavras-chave:** Unidade de conservação. Parque estadual. Gestão participativa. Conselho consultivo.

**Abstract:**

The Vassununga state park located in Santa Rita do Passa Quatro city – Sao Paulo state presents significant remaining of Cerrado and interior Atlantic Forest (Semidecidual seasonal forest). The park is divided by six plots (Pé-de-Gigante, Capão da Várzea, Capetinga Leste, Capetinga Oeste, Praxedes e Maravilha), through them pass Anhanguera road (SP-330), blocking their connectivity and helping the animals killing. Besides this issue, another problem that affects the conservation unity are the surroundings, composed basically by sugarcane and eucalyptus plantations, with a frequent use of pesticides, what is believed to be harmful the soil and groundwater. Because of these fragments frailness, the main aim of this work is analyses the management, mainly about social aspect, in other words, as the park deals with social conflicts of surroundings and with the suspended advisory council issue. It has been waited geographic discussions contribution of this Brazilian Conservation unity management.

**Keywords:** Conservation unity. State park. Participatory management. Advisory council.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA</b> .....	9
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	11
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	12
<b>4. CAPÍTULO 01: CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b> .....	14
4.1 Histórico das Unidades de Conservação.....	14
4.2 Unidades de Conservação no Brasil e sua categorização.....	17
<b>5. CAPÍTULO 02: GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b> .....	22
5.1 Gestão das Unidades de Conservação.....	22
5.2 Gestão Participativa das Unidades de Conservação.....	28
5.3 Conselhos.....	31
<b>6. CAPÍTULO 03: SANTA RITA DO PASSA QUATRO E O PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA</b> .....	36
6.1 Contextualização do Município de Santa Rita do Passa Quatro.....	36
6.2 Histórico: Companhia Usina Vassununga.....	40
6.3 Histórico: Parque Estadual de Vassununga e Estação Biológica de Mangaíba.....	41
6.4 Caracterização da Área de Estudo.....	48
6.4.1 Clima.....	48
6.4.2 Geologia e Geomorfologia.....	49
6.4.3 Vegetação.....	50
6.4.4 Uso e Ocupação do Solo.....	52
<b>7. CAPÍTULO 04: RETOMADA DO CONSELHO CONSULTIVO E AS QUESTÕES DO ENTORNO</b> .....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	62
<b>APÊNDICES</b> .....	64
<b>ANEXOS</b> .....	67

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01: Ciclo de gestão e avaliação proposto pela comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial para a Natureza.....	26
Figura 02: Localização do Município de Santa Rita do Passa Quatro.....	36
Figura 03: Reconstituição da Cobertura Florestal do Estado de São Paulo.....	37
Figura 04: Uso e ocupação do solo na região de Santa Rita do Passa Quatro, em 1962.....	38
Figura 05: Uso e ocupação do solo na região de Santa Rita do Passa Quatro, em 1972.....	39
Figura 06: Uso e ocupação do solo na região de Santa Rita do Passa Quatro, em 1988.....	39
Figura 07: Localização das glebas do Parque Estadual de Vassununga no município de Santa Rita do Passa Quatro - SP.....	43
Figura 08: Glebas que compõem o Parque Estadual de Vassununga.....	44
Figura 09: Gleba de remanescente de Cerrado e ao lado a plantação de eucaliptos pela International Paper do Brasil Ltda.....	57
Figura 10: Remanescente de Cerrado ao lado da plantação de cana-de-açúcar pertence à Usina Santa Rita (à frente) e da plantação de eucaliptos pela International Paper Brasil Ltda. (ao fundo).....	58

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Unidades de Terreno que ocorrem na região do Parque Estadual de Vassununga e seus principais atributos.....	50
Tabela 02: Representantes dos Órgãos Públicos e seus respectivos suplentes.....	54
Tabela 03: Representantes da Sociedade Civil e seus respectivos suplentes.....	55

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01: Algumas definições de gestão ambiental.....	24
Quadro 02: Requisitos gerenciais para uma gestão moderna e eficaz das Unidades de Conservação.....	28



## 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

No século XIX surgem as primeiras ideias de preservação de locais desabitados com notável beleza cênica, devido ao fato desses espaços, estarem sendo modificados ambientalmente e, portanto, cada vez mais difíceis de serem encontrados, principalmente pela crescente urbanização e intensa produção industrial da época. Porém, é no século XX que estas ideias se disseminam com o objetivo de preservar belas paisagens e conservar a biodiversidade.

Em 1872, institui-se o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, vindo à tona a questão da remoção da população indígena daquele local, para criar um parque totalmente desabitado, com base no mito da natureza intocada. Em 1937, cria-se, no Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia com o objetivo de oferecer lazer à população e estimular as pesquisas científicas. Na década de 1970 ocorre um “boom” na criação de unidades de conservação, pois muitas espécies e ecossistemas encontravam-se ameaçados, porém isso não quis dizer que todas essas áreas protegidas foram implantadas, já que muitas delas possuíam desafios na sua gestão, não tinham plano de manejo, dentre outros fatores.

Visto este cenário, o objeto de estudo do trabalho em questão, o Parque Estadual de Vassununga, enfrenta desafios semelhantes. Esta unidade de conservação situa-se na cidade de Santa Rita do Passa Quatro (SP), se insere no grupo de Proteção Integral<sup>1</sup>, caracterizando-se como uma unidade de preservação de ecossistemas naturais, onde se permite a realização de pesquisas científicas após autorização prévia, sendo possível desta forma, alcançar os objetivos desse trabalho.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as dificuldades da gestão do parque, já que o mesmo encontra-se fragmentado em seis glebas com remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual e Cerrado (Pé-de-Gigante, Capão da Várzea, Capetinga Leste, Capetinga Oeste, Praxedes e Maravilha), o que dificulta e prejudica sua própria manutenção, além dos problemas em seu entorno, no qual ocorrem diversos impactos como atividades agrícolas com uso de agrotóxicos, corte de árvores e incêndios. Outro fator que contribui negativamente é o fato de a Rodovia Anhanguera (SP-330) passar pelo parque, contribuindo com a morte de muitos animais. Além disso, será investigada a implementação do conselho consultivo do parque, que está suspenso devido a uma série de motivos, dentre eles a incapacidade de reunir todos os membros envolvidos direta e indiretamente na gestão do parque e problemas referentes ao plano de manejo.

---

<sup>1</sup> A Lei nº 9.985 instituiu em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), ao qual classifica

Esta questão do conselho consultivo tem obrigatoriedade pelo artigo 29 da lei 9985/2000, principalmente pelo fato da importância da inclusão de uma participação mais efetiva da população, favorecendo a administração do parque em direção de uma gestão participativa.

O termo manejo participativo ou co-manejo é usado para interessados “envolvidos de forma substancial com as atividades do manejo” (BORRINI-FEYERABEND, 1997, p.12) e mais:

[...] aqui propomos usar ‘manejo participativo’ como um conceito amplo que compreenda uma variedade de formas, mediante as quais a instituição responsável e outros interessados desenvolvem e implementam uma aliança de manejo (BORRINI-FEYERABEND, 1997, p.16).

Esta participação recomendada pela IUCN (União Internacional da Natureza) realmente é um desafio no que diz respeito ao planejamento e apoio à gestão das unidades de conservação. Esse fato, para uma análise geográfica, é primordial, pois há uma carência destes estudos no Brasil, principalmente porque a maior parte das pesquisas sobre esse tema são desenvolvidas pelas áreas biológicas e exatas. Assim, observa-se que uma gestão efetiva e participativa deve ser o foco e o objetivo a ser buscado para que as unidades de conservação como um todo venham a se consolidar de fato como o “instrumento mais poderoso para se lograr a conservação da biodiversidade” (FARIA, 2004, p.64), e, dessa forma, o Parque Estadual de Vassununga consiga superar as dificuldades, atendendo as suas obrigações conservacionistas e servindo a população para atividades de educação ambiental, recreação e turismo ecológico. Vale ressaltar que este estudo insere-se no projeto maior sobre a importância da questão cultural na gestão das áreas protegidas da professora Luciene C. Riso da UNESP, campus de Ourinhos, SP.

Devido a grande importância desta unidade de conservação, que passa por alguns problemas, já que seu plano de manejo ainda não foi aprovado e o conselho consultivo não é mais atuante, acredita-se que seja muito relevante o estudo de sua gestão, colaborando para que esta ocorra de forma participativa, envolvendo a comunidade, com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão e eficácia na resolução dos problemas encontrados, além de propor novas medidas que possam amenizar seus conflitos cooperando de forma positiva para o bom andamento do parque.

## **2. Objetivos**

### **2.1 Objetivo Geral**

O projeto em questão tem como objetivo geral analisar se há uma gestão participativa no Parque Estadual de Vassununga, considerando, principalmente, os aspectos socioambientais, ou seja, como o parque lida com os conflitos sociais do entorno e também com a questão do conselho consultivo que foi suspenso, além de propor medidas que minimizem os conflitos e possam melhorar a eficácia da gestão.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Analisar a gestão participativa na unidade de conservação para que a mesma consiga administrar com maior eficácia suas dificuldades;
- Caracterizar o município de Santa Rita do Passa Quatro, juntamente com o Parque Estadual de Vassununga;
- Avaliar os atores escolhidos para fazer parte da nova formação do conselho consultivo do Parque Estadual de Vassununga, além de propor medidas e projetos que possam minimizar os conflitos e impactos da região contribuindo assim para a gestão participativa.

### 3. Procedimentos Metodológicos

A metodologia do trabalho primeiramente abordou a bibliografia acerca do tema, abrangendo, desta forma, o máximo de discussões sobre o assunto. Esta etapa é de fundamental importância, já que nela se apresentam os levantamentos e análises bibliográficas com a intenção de se firmar a base teórica para a pesquisa, além de realizar reflexões que possam contribuir para o desenvolvimento do projeto.

Esta revisão bibliográfica foi feita durante todo o processo do trabalho, visto que, constantemente, era necessário recorrer a diversos autores no intuito de embasar teoricamente as discussões levantadas a fim de se apresentar um trabalho sólido e consistente.

Para ter acesso à unidade de conservação com a qual se escolheu trabalhar, foi necessária a autorização da Comissão Técnico Científica (COTEC), já que o Parque Estadual é gerido pela Fundação Florestal, órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente. Para tanto, foi encaminhado um documento solicitando permissão para a realização dos trabalhos de campo e entrevista com o gestor, o qual ficou tramitando na sede da COTEC em São Paulo durante quatro meses. Após a carta recebida autorizando a permissão dos estudos no parque (Anexo 01 e 02) ocorreram diversas tentativas de entrar em contato com o gestor, mas o mesmo sempre se mostrava desinteressado, dificultando a ida a unidade para possível entrevista. Vale ressaltar que uma conversa informal com o gestor já havia ocorrido antes do envio da carta à COTEC para demonstrar o interesse em se estudar a gestão do Parque e explicar quais seriam os enfoques dados à pesquisa, justamente para que se facilitasse uma entrevista posterior.

Ocorreram diversas tentativas de se marcar uma entrevista, e meses depois um outro fato foi responsável por alterar alguns dos objetivos do trabalho, uma vez que o gestor saiu do cargo, por ordem do Instituto Florestal e outro responsável assumiu no seu lugar. Depois de algumas poucas tentativas para agendar uma entrevista, pois o mesmo não se encontrava na cidade por motivos pessoais, realizou-se a entrevista com o atual gestor, o qual se mostrou muito solícito ao responder às questões necessárias para a configuração deste trabalho.

Tal entrevista, com o atual gestor, foi realizada no dia 04 de Outubro de 2013, às 14h, no Parque Estadual de Vassununga, por meio de um questionário o qual trouxe algumas questões sobre os diversos fatores que determinaram a suspensão do conselho consultivo que faz falta numa unidade de conservação de proteção integral tão fragmentada e repleta de peculiaridades como esta, o andamento do novo conselho consultivo, sua importância para a gestão da unidade, dentre outros fatores.

Foram solicitadas as atas das antigas reuniões dos conselhos consultivos, as quais se iniciaram em Outubro de 2009, contudo o atual gestor não soube responder por quanto tempo elas ocorreram, mas não foram encontradas, o que inviabilizou a análise das mesmas. Nessas atas seria possível observar quais membros faziam parte do conselho, se havia a participação da população, quais foram as decisões tomadas na época, dentre outros aspectos.

No dia 27 de Novembro de 2013, foi realizado um novo encontro com o gestor Luis Tadeo Gimenes para novos esclarecimentos sobre o novo conselho consultivo, com o objetivo de se tomar conhecimento de quais seriam seus representantes, e assim avaliá-los e identificar a presença de cada um nas reuniões, além de, num âmbito maior na gestão da unidade de conservação, verificar se esta é participativa ou não.

Além disso, no dia 18 de Dezembro de 2013, foram tiradas fotografias ao longo da Rodovia Anhanguera (SP-330), próximas a gleba Pé de Gigante para comprovar a existência de culturas agrícolas próximas, como a silvicultura e o cultivo da cana-de-açúcar em sua zona de amortecimento, sendo proposto como medida para tentar minimizar esse problema projetos de agroecologia.

## **4. CAPÍTULO 01: CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

### **4.1. Histórico das Unidades de Conservação**

A natureza, desde o surgimento do homem na Terra, sofre diversas interferências, tanto positivas quanto negativas, as quais aumentam em decorrência do aperfeiçoamento das técnicas criadas pelo homem. É importante enfatizar que o homem é parte integrante da natureza, no entanto há que se encontrar um modo de conciliar essa relação a fim de que seja a mais benéfica para ambas as partes.

Nota-se que, na Idade Moderna, conforme ressalta Risso (1998), a volta dos ideais de que a Natureza deveria ser então cultivada, já que as áreas intactas não estabeleciam mais fascínio à população, contribuiu com a exploração da natureza, com a devastação de grandes extensões de florestas nativas para o cultivo de grandes plantações e conseqüentemente causa amplos impactos ambientais à paisagem.

Com o modelo de desenvolvimento econômico da sociedade do século XIX – intensificação da urbanização e crescimento da produção industrial – ocorreram algumas modificações no aspecto ambiental causadas sobretudo pela Revolução Industrial e começaram a surgir as primeiras manifestações contra a exploração da natureza.

É neste momento que aparecem os escritores românticos, os quais foram responsáveis, segundo Diegues, por influenciar a contemplação da natureza selvagem e por estabelecer a ideia da criação de áreas naturais nos Estados Unidos “consideradas como “ilhas” de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada” (DIEGUES, 1996, p. 24).

Desta forma, o histórico de áreas protegidas se inicia no século XIX, com o objetivo de preservar locais desabitados com beleza cênica relevante, ou seja, com base no “Mito Moderno da Natureza Intocada” Mito este que se fundamenta na corrente preservacionista, que é descrita como “a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.” (DIEGUES, 1996, p.30), sendo que o primeiro parque dos EUA fora criado sob essa ótica. A concepção preservacionista atingiu grande parte do mundo, sendo que a maioria dos parques instituídos era sob essa visão. A mudança para a concepção conservacionista só passa a ocorrer por volta de 1980.

Contudo, é no século XX que este método atinge grandes proporções, com o objetivo de se preservar paisagens admiráveis e também de conservar a biodiversidade e as paisagens naturais.

O estabelecimento de espaços especialmente protegidos é uma das ferramentas mais utilizadas atualmente para a conservação da natureza.

Trata-se de separar algumas porções do território e limitar ali o uso da terra e dos recursos naturais. (BENSUSAN, 2006, p. 9).

De acordo com o contexto de se preservar as paisagens naturais, estabelece-se, em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos (concepção preservacionista). Com ele, vem a questão da retirada da população indígena que vivia naquele local<sup>2</sup> para a criação de um parque totalmente desabitado. Desta forma, Bensusan (2006, p.14) afirma que:

Grande parte das áreas protegidas no mundo ocidental, entretanto, foi criada com base nesse mito da natureza intocada. Assim, o conflito entre certas estratégias de conservação da natureza e as populações humanas residentes nessas áreas, muitas vezes responsáveis pela manutenção de sua integridade biológica, nasceu com a criação das áreas protegidas e assumiu, ao longo do tempo, proporções significativas.

No Brasil, o primeiro parque nacional foi o de Itatiaia, na Serra da Mantiqueira, estabelecido em 1937, com a finalidade de proporcionar lazer à população e estimular as pesquisas científicas, protegendo assim, áreas naturais com estimada beleza cênica. Vale dizer que, na década de 1970, ocorreu um “boom” na criação de áreas protegidas, visto que muitas espécies e ecossistemas estavam ameaçados.

Há uma combinação de fatores que explicam esse aumento da preocupação mundial pelas unidades de conservação: a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques. (GHIMIRE, 1993 apud DIEGUES, 1996, p.17).

Em 1982, no 3º Congresso Mundial de Bali, na Indonésia são discutidos pontos para a mudança do conceito de Parques Nacionais, deixando a visão preservacionista e adquirindo uma visão conservacionista, influenciada pela mudança de pensamento da época.

A crítica referente à concepção preservacionista se encontra no fato de que não é permitida a convivência do homem juntamente com a natureza, ou seja, era proibido que as comunidades tradicionais habitassem essas áreas reservadas somente para lazer e para pesquisas científicas.

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela  
*a)* dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;  
*b)* conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;

---

<sup>2</sup> Essas comunidades sofreram com a realocação e mudanças que envolvem questões ligadas a suas atividades diretas como caça e pesca.

c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; [...] (DIEGUES, 1996, p.87).

A UICN (União Internacional da Natureza) (entidade conservacionista) atuou de forma a conquistar uma mudança significativa nos valores devido aos movimentos que aconteceram na década de 1970, conseguindo assim, constituir novas estratégias de conservação.

Essa mudança que houve no conceito de áreas naturais/ selvagens, inserindo populações tradicionais foi muito importante, pois revela a desmistificação de uma Natureza intocada, principalmente nos países subdesenvolvidos como o Brasil onde muitas comunidades vivem em áreas protegidas. (RISSO, 1998, p.13 – 14).

De acordo com Mulongoy e Chape (2003) apud Bensusan (2006), as áreas protegidas estão presentes em cerca de 80% dos países, cobrindo aproximadamente 11,5% da superfície terrestre. No Brasil, 10,52% da sua superfície está coberta por unidades de conservação, sendo que 6,34% são áreas de proteção integral e 3,53% de uso sustentável.

Mesmo com a extrema beleza do nosso país, a criação de um parque foi tardia. Segundo Kerhart (2010), os portugueses exploravam ao máximo os recursos da colônia (Brasil) e não se preocupavam com a conservação de tais recursos naturais, já que não pretendiam se estabelecer no país. Essa preocupação só surgiu quando a degradação ambiental desenfreada começa a atingir a elite, com a chegada da família real em 1808 e o crescimento populacional.

Algumas medidas começam a ser tomadas e com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, inicia-se o interesse em criar essas áreas no Brasil. Porém, esta iniciativa demora a acontecer, concretizando-se somente em 1937.

Vianna (1996, p.56) acredita que a demora para o surgimento de áreas protegidas no Brasil, aconteceu porque foi só na década de 1930/1940 que houve uma aceleração na industrialização e urbanização brasileira. Para ela, a “relação entre os dois eventos históricos existe na medida em que a industrialização mais intensa impôs um novo padrão de exploração e apropriação de recursos naturais, com um rápido avanço sobre novas áreas.” (KERHART, 2010, p. 33)

Faz-se necessário destacar que a criação das unidades de conservação se dá de acordo com o processo de urbanização, ou seja, até a década de 1960 os parques estavam concentrados em sua grande maioria na região sudeste-sul do Brasil, nas áreas mais populosas, conforme afirma Kerhart (2010).

“Atualmente o Brasil possui teoricamente 10,52% da superfície do país coberto por unidades de conservação, o que representa 101.474,971 ha.” (BENSUSAN, 2006 apud KERHART, 2010, p.35). No entanto essa porcentagem ainda não é suficiente, visto que a



integridade da biodiversidade no Brasil não é sólida, já que diversas formas de conservação não são muito eficazes.

De acordo com Risso (1998), levando em conta o bioma Mata Atlântica, o Estado de São Paulo é o que possui maior remanescente, com aproximadamente 7% da sua cobertura original espalhada pelas áreas protegidas, as quais são administradas pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Fundação Florestal e do Instituto Florestal. Em outros tempos, a Mata Atlântica estendia-se desde o Rio Grande do Norte e Paraíba até a região costeira de Santa Catarina, cobrindo 12% do território, mas isso antes da sua história de destruição pelo homem para a ocupação da região.

#### **4.2 Unidades de Conservação no Brasil e sua categorização**

A UICN criou uma categorização referente às áreas protegidas, a qual tem validade internacional e o objetivo de organizar tais áreas. No entanto, cada país tem autonomia para realizar uma categorização própria, já que as unidades de conservação devem ser criadas e implementadas visando suas especificidades, suas características econômicas, culturais, dentre outras. Desta forma, “La intención original del sistema de Categorías de Gestión de Áreas Protegidas de la UICN era crear un entendimiento común sobre las áreas protegidas tanto entre países como dentro de ellos.” (UICN, 2008, p.x).

A UICN acredita ainda que “las categorías de gestión de áreas protegidas constituyen un importante estándar global para la planificación, establecimiento y gestión de áreas protegidas [...]” (UICN, 2008, p.6).

É na década de 1930 que as unidades de conservação vão surgir no Brasil, resultado de preocupações com o cenário mundial que passou pela Revolução Industrial a qual trouxe sérios impactos à natureza, modificando paisagens e afetando a qualidade de vida dos habitantes.

Em 1937 é criado o primeiro Parque Nacional Brasileiro, o de Itatiaia, no Rio de Janeiro. Conforme afirma DIEGUES, 1994 apud RISSO, 1998, p.18, ele foi criado:

[...] segundo as leis do Código Florestal aprovado em 1934 e nos mesmos moldes dos parques nacionais vindos dos Estados Unidos e Europa, ou seja, dentro da visão preservacionista, com o objetivo de “*incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas*”.

Vale pontuar que desde a aprovação do Código Florestal em 1934 até o novo Código em 1965, segundo dados da World Wide Fund for Nature (WWF, 1994), existiam cinco categorias de áreas reservadas, sendo elas: Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Florestas

Protetoras, Florestas Remanescentes e as Reservas Florestais, sendo que nenhuma admitia a interação do homem com a natureza, conforme afirma Kerhart (2010).

O Código de 1965 define como unidades de conservação: Floresta Nacional, Estadual e Municipal, Parque Nacional, Estadual e Municipal e Reservas Biológicas. Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanentes não fazem parte dessa categoria.

Com o grande crescimento econômico e o rápido desenvolvimento da nação, fez-se necessária a criação de órgãos que dessem apoio e contribuíssem para uma melhor gestão do meio ambiente como um todo. Desta forma, foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal:

Criado em 28 de fevereiro de 1967 pelo Decreto-lei nº 289, o IBDF [...] Seus objetivos atendiam às necessidades de se elaborar uma política de desenvolvimento do setor florestal. Essa política compreenderia setores de preservação da fauna, projetos de florestamento e reflorestamento, administração de parques nacionais e reservas biológicas e facilitação do comércio exterior de produtos silvestres brasileiros. Era uma autarquia do Ministério da Agricultura, tendo seu presidente nomeado pelo Presidente da República. Desenvolvia experimentos florestais de espécies de interesse econômico, realizava a fiscalização de contrabando de peles, animais silvestres e espécies vegetais nativas e controle de desmatamento, entre outras atividades correlatas. (CESAR, C. P., 2010, p.8).

Da década de 1970 até meados de 1980 ocorreu um boom na criação das unidades de conservação – sendo que na maioria das vezes, estas ainda se davam pela beleza cênica da área - no entanto, muitas vezes somente ficavam “no papel”, pois na prática havia falta de recursos, falta do plano de manejo, dificuldades na gestão, dentre outros desafios para executá-las. A fim de tentar solucionar esses problemas, de acordo com Risso (2011) em 1979, o IBDF elaborou um plano de sistemas de unidades de conservação, que perdurou até meados de 2000. Segundo este plano, havia várias categorias de manejo as quais eram distinguidas pelos seus objetivos, categoria de importância nacional, de manejo complementar, de manejo adicional, de manejo regional ou local e de manejo de importância mundial. No entanto muitas dessas categorias não obtiveram amparo legal e por isso não foram implantadas. Assim, o Brasil ainda não apresentava um sistema nacional de unidades de conservação e somente em 1992 tramitou no Congresso Nacional o então Projeto de Lei 2892. Porém, a Lei nº 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) só foi aprovada em 2000.

O Snuc originou-se de um pedido do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal à Fundação Pró-Natureza (Funatura), uma organização não-governamental em 1988, para a elaboração de um anteprojeto de lei instituindo um sistema de unidades de conservação. [...] O anteprojeto foi aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e em maio de 1992, já na qualidade de Projeto de lei, foi encaminhado ao Congresso Nacional. Em 1994, o deputado Fábio Feldmann

apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei do Snuc, introduzindo modificações significativas no texto original e dando início à polêmica centrada na questão da presença de populações tradicionais nas unidades de conservação, que duraria ainda seis anos. Em 1995, novo substitutivo foi apresentado, dessa vez pelo deputado Fernando Gabeira, aprofundando as divergências entre os ambientalistas e alimentando, ainda mais, a polêmica. Após inúmeras reuniões, audiências públicas, versões e modificações, o projeto foi aprovado no Congresso em 2000, mas teve ainda alguns dispositivos vetados pelo presidente, como, por exemplo, a definição de populações tradicionais (MERCADANTE, 2001 apud BENSUSAN, 2006, p.19-20).

Esse sistema divide as unidades de conservação em dois grupos, as unidades de Proteção Integral e as unidades de Uso Sustentável. O objetivo das áreas do primeiro grupo é a preservação da natureza, com uso indireto de seus recursos naturais. O intuito do segundo grupo é conservar a natureza, com a utilização de maneira sustentável, de parte de seus recursos naturais.

Em 1989, o Governo Federal criou o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) responsável pelo estabelecimento e administração das Unidades de Conservação, submetendo-se somente ao CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

As Unidades de Proteção Integral são constituídas, de acordo com o SNUC (2000):

- Os Parques Nacionais<sup>3</sup>: caracterizam-se pelo objetivo de preservação dos ecossistemas naturais de grande beleza cênica, de pesquisas científicas, de atividades educacionais, além de recreação e turismo. É de domínio público, portanto as áreas ocupadas devem ser desapropriadas. A visitação pública está sujeita às normas e restrições impostas pela administração do parque.

- As Estações Ecológicas<sup>4</sup>: têm objetivo de preservar a natureza e também os interesses científicos. Exclusivamente de domínio público, a visitação pública é apenas permitida com objetivo educacional. Nesta categoria, há a possibilidade de alterações do ecossistema, a fim de restaurar os ecossistemas modificados, preservar a diversidade biológica e auxiliar nos interesses científicos.

- As Reservas Biológicas: objetivo de preservação integral do ecossistema natural, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. A visitação pública é proibida e as visitas educacionais e científicas devem possuir autorização direta do órgão responsável. É de domínio inteiramente público.

---

<sup>3</sup> Regulamentado pelo decreto nº84.017, de 21 de setembro de 1979.

<sup>4</sup> Definido pela Lei 6.902, de 27 de abril de 1981.

- Os Monumentos Naturais: preservação de paisagens naturais raras, singulares e de grande beleza cênica. Podem ser estabelecidas em áreas particulares. Há a possibilidade de visitação pública, no entanto estará sujeita às normas e às restrições da administração.

- Os Refúgios da Vida Silvestre: devem proteger os ambientes naturais necessários à existência ou à reprodução de espécies. Também podem ser constituídos por áreas particulares, desde que atendam os objetivos da unidade. A visitação pública está sujeita às normas e às restrições previstas pela administração e a pesquisa científica deve ser previamente autorizada pelo órgão responsável pela unidade.

As áreas de Uso Sustentável são compostas, de acordo com o SNUC (2000), por:

- Áreas de Proteção Ambiental: podem ser constituídas por áreas públicas ou privadas. É caracterizada por uma área extensa dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais e apresentar certo grau de ocupação humana. Tem por objetivo a proteção da diversidade biológica, a disciplina do processo de ocupação e a garantia da sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

- Florestas Nacionais: constituída por áreas florestais predominantemente nativas. Seu objetivo é utilizar os recursos naturais de maneira sustentável e expandir a pesquisa para explorar a sustentabilidade. É de domínio público, no entanto admite a permanência das comunidades tradicionais que já estavam estabelecidas na área.

- Reservas Extrativistas: as primeiras reservas extrativistas foram criadas em 1989, no Acre, durante a luta dos seringueiros contra o domínio dos fazendeiros. É caracterizada por ser uma área utilizada pelas populações extrativistas tradicionais, e seu objetivo é proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Não é permitida a exploração dos recursos minerais. É de domínio público e a visitação é permitida de acordo com as normas da unidade.

- Reservas de Fauna: utilizada para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. A caça é proibida, a visitação pública é permitida e é de domínio público.

- Reserva de Desenvolvimento Sustentável: área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. Tem por objetivos preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria da qualidade de vida das comunidades, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo das áreas naturais dessas populações. A área é de domínio público, a visitação e a pesquisa científica são permitidas e incentivadas.

- Reserva Particular de Patrimônio Cultural: é uma área necessariamente privada, criada por iniciativa do proprietário, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Atende a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Para Kerhart (2010), a questão de como as comunidades tradicionais ainda são vistas e tratadas no Brasil tem muito que avançar e o SNUC possui grandes dificuldades nessa relação. O Decreto 4340 proporcionou o reassentamento a essas comunidades, porém esse processo pode gerar malefícios como a dissipação desta ou então as transformarem em um processo de favelização.

Atualmente (1998) o debate de desenvolvimento sustentável parece estar tomando direção no Brasil, principalmente depois da ECO-92, no Rio de Janeiro, numa visão mais conservacionista, neo-humanista, pelo qual as unidades de conservação estão se baseando; porém, inserir a população tradicional que vive em Parques e oferecer o bem-estar destas populações é tarefa lenta, visto a mentalidade preservacionista que ainda existe em muito no Brasil. A preocupação com as populações tradicionais que vivem em unidades de conservação é recente no Brasil. (RISSO, 1998, p.20).

## 5. CAPÍTULO 02: GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

### 5.1 Gestão das Unidades de Conservação

As unidades de conservação, de acordo com o SNUC, no art. 2º inciso I, caracterizam-se por ser um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

De acordo com Faria (2004), é inegável a dimensão da relevância das áreas protegidas no que diz respeito ao papel que elas exercem e sua contribuição para com a conservação da biodiversidade, ao isolarem-se dos impactos sofridos pelo processo da urbanização e serem vistas como um legado para as futuras gerações. No entanto, todos esses benefícios realmente só serão comprovados, a longo prazo, se essas unidades forem dirigidas com muita eficácia e excelência.

Há alguns termos, os quais denominam as atividades desenvolvidas nas unidades de conservação: administração, manejo e gestão. Estes possuem diferenças e semelhanças entre si e cabe-nos desvendar qual deles melhor se encaixa na definição da gama de atividades que o diretor de uma unidade tem que dar conta.

A definição de administração é conferida ao “planejamento, organização, comando, coordenação e controle” de uma certa tarefa pré-estabelecida no intuito de se obter um resultado positivo que alcance os objetivos e metas já pré-definidos.

Para este autor, o planejamento consiste em examinar o futuro e traçar um plano de ação de médio e longo prazo; a organização refere-se à montagem de uma estrutura humana e material para realizar as tarefas e empreendimentos inerentes aos objetivos da organização; o comando está relacionado a adoção de esquemas que mantenham o pessoal realizando as atividades inerentes para se alcançar as metas estabelecidas pelos planos; a coordenação reúne, unifica e harmoniza todas as atividades e esforços envolvidos e o controle cuida para que tudo se realize de acordo com os planos. (MAXIMIANO, 1995 apud FARIA, 2004, p.33).

Para que essa administração aconteça de forma eficiente, vários outros pontos precisam ocorrer paralelamente, dentre eles, o espírito de equipe e a remuneração adequada dos trabalhadores. Muitos outros fatores devem ser considerados, uma vez que a administração trabalha com a função de que tudo seja realizado conforme fora planejado.

O termo manejo<sup>5</sup> é amplamente utilizado na América Latina, para indicar uma série de atividades realizadas nas unidades de conservação. O conceito abaixo ilustra a definição desse termo:

---

<sup>5</sup> O termo manejo é proveniente da palavra *management* que significa administração (Faria, 2004).

[...] definiram manejo como “o conjunto de ações e atividades necessárias ao alcance dos objetivos de conservação e manejo das áreas protegidas: ou seja, em um sentido técnico, as atividades fins, aquelas que estão mais proximamente relacionadas com o sentido vernacular do termo em português, aquelas que dizem respeito ao manuseio, controle ou direção de processos nas unidades de conservação, tais como proteção, recreação, educação, pesquisa e manejo de recursos.” (MILANO et al., 1993 apud FARIA, 2004, p.35).

O SNUC, em seu artigo 2º inciso VIII caracteriza manejo como sendo “todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas” (BRASIL, 2000). Segundo Faria (2004) esta é uma definição bastante abrangente, podendo compreender grande parte das concepções filosóficas.

Embora haja divergência quanto ao conceito da palavra manejo, nota-se que todos almejam os mesmos objetivos principais que estão na “criação e designação” das unidades (Faria, 2004).

Por último, mas não menos importante, tem-se a gestão. Esta possui uma conceituação ampla e complexa, visto que para ela ser eficaz é necessário o gerenciamento de todos os elementos que estão envolvidos para a efetivação dos objetivos da área ambiental protegida. Esses objetivos são referentes à conservação da biodiversidade, ficando claro, desta forma, que o gestor para tomar decisões acertadas deve conseguir integrar aos seus conhecimentos técnicos todas as informações culturais, sociais e econômicas realizando um amplo trabalho interdisciplinar e mostrando-o para a comunidade, que por sua vez cobra bons resultados dos gestores.

Pelo quadro abaixo (Quadro 01) é possível conhecer outras definições de gestão, a partir de diversas fontes, como a iniciativa privada, a academia e o governo, para se ilustrar o quão amplo é este conceito:

Definição	Autor
Condução, direção e controle pelo Governo do uso dos recursos naturais, através de determinados instrumentos, o que inclui medidas econômicas, regulamentos e normalização, investimentos públicos e financiamentos, requisitos interinstitucionais e judiciais.	Selden, 1973
Tarefa de administrar o uso produtivo de um recurso renovável, sem reduzir a produtividade e qualidade ambiental, normalmente em conjunto com o desenvolvimento de uma atividade.	Hurtubia, 1980
Tentativa de avaliar valores limites das perturbações e alterações que, uma vez excedidos, resultem em recuperação bastante demorada do meio ambiente, e de manter os ecossistemas dentro de suas zonas de resiliência, de modo a maximizar a recuperação dos recursos do ecossistema natural para o homem, assegurando sua produtividade prolongada e de longo prazo.	Interim Mekong Committee, 1982
Aplicação de programas de utilização dos ecossistemas naturais ou artificiais, baseada em teorias ecológicas sólidas, de modo que mantenha da melhor forma possível as comunidades vegetais e/ou animais como fonte de conhecimento científico e de lazer. Deve garantir que os valores intrínsecos das áreas naturais não fiquem alterados para o desfrute das gerações futuras, considerando todos os componentes do sistema com a mesma importância.	Glossário de Ecologia, 1987
Conjunto de operações técnicas e atividades gerenciais, visando assegurar que o empreendimento opere dentro dos padrões legais ambientais exigidos, minimize seus impactos ambientais e atenda outros objetivos empresariais, como manter um bom relacionamento com a comunidade.	Sanchez, 1993
Conservar os recursos naturais, evitar situações irreversíveis de degradação a meio e longo prazo, evitar a contaminação e melhorar a qualidade de vida da população.	IBAMA, 1995

Quadro 01: Algumas definições de gestão ambiental.

Fonte: SANTOS, 2000 apud FARIA, 2004.

A partir disso, tem-se uma definição para o termo Faria (2004, p. 39):

**A equilibrada coordenação dos componentes técnicos e operacionais (recursos humanos, materiais, financeiros) e os diversos atores sociais que incidem sobre o desenvolvimento da área, de maneira tal a obter-se a eficácia requerida para se lograr os objetivos para os quais a unidade foi criada e a manutenção da produtividade dos ecossistemas abrangidos.**

Constata-se a distinção entre manejo, como a característica de manusear, manejar os recursos naturais para se atender um determinado objetivo e o termo gestão, que de forma mais abrangente e complexa gere as unidades de conservação atentando-se para as questões tanto operacionais quanto técnicas no intuito de se alcançar uma meta proposta. Devem ser tomadas ações no âmbito de se proteger e de se conservar a área em questão, com atividades de vigilância para o primeiro caso e incentivar a educação ambiental, pesquisa científica, boa relação com os vizinhos no segundo caso.

Visto isso, fica evidente para Faria (2004, p.40) que:

O que o técnico responsável por uma UC faz, ou deveria fazer, vai além da administração ou manejo: é gestão, mediante o envolvimento sistêmico e o jogo equilibrado dos componentes presentes no teatro de operações.

Destacando a complexidade da gestão das unidades de conservação, vale ressaltar que não existe uma apostila, ou seja, não existe a receita pronta com o passo a passo dos



procedimentos para se realizar uma boa gestão. Contudo, a legislação deve ser obedecida e seguida as peculiaridades de cada área protegida, vinculadas ao seu próprio perfil.

Para que a gestão seja o mais eficiente possível, em determinadas áreas protegidas, concorda-se com Faria (2004, p.43):

[...] há casos que a legislação não prevê, omite ou as soluções não se encontram nos textos legais, fazendo com que a gerência busque outros caminhos que não os ditados pelos diplomas legais, por vezes em razão das particularidades e nuances encerradas em cada UC.

Com o objetivo de analisar a eficiência das gestões das unidades de conservação, a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN formou um grupo de trabalho em 1995 e com posse dos resultados, produziu um esquema (Figura 01) com a finalidade de servir como base para a criação de novas metodologias de avaliação da gestão. Esta análise demonstra as principais potencialidades e fragilidades dessas áreas, com aperfeiçoamento de técnicas para se viabilizar a gestão, a fim de promover a conservação da biodiversidade.

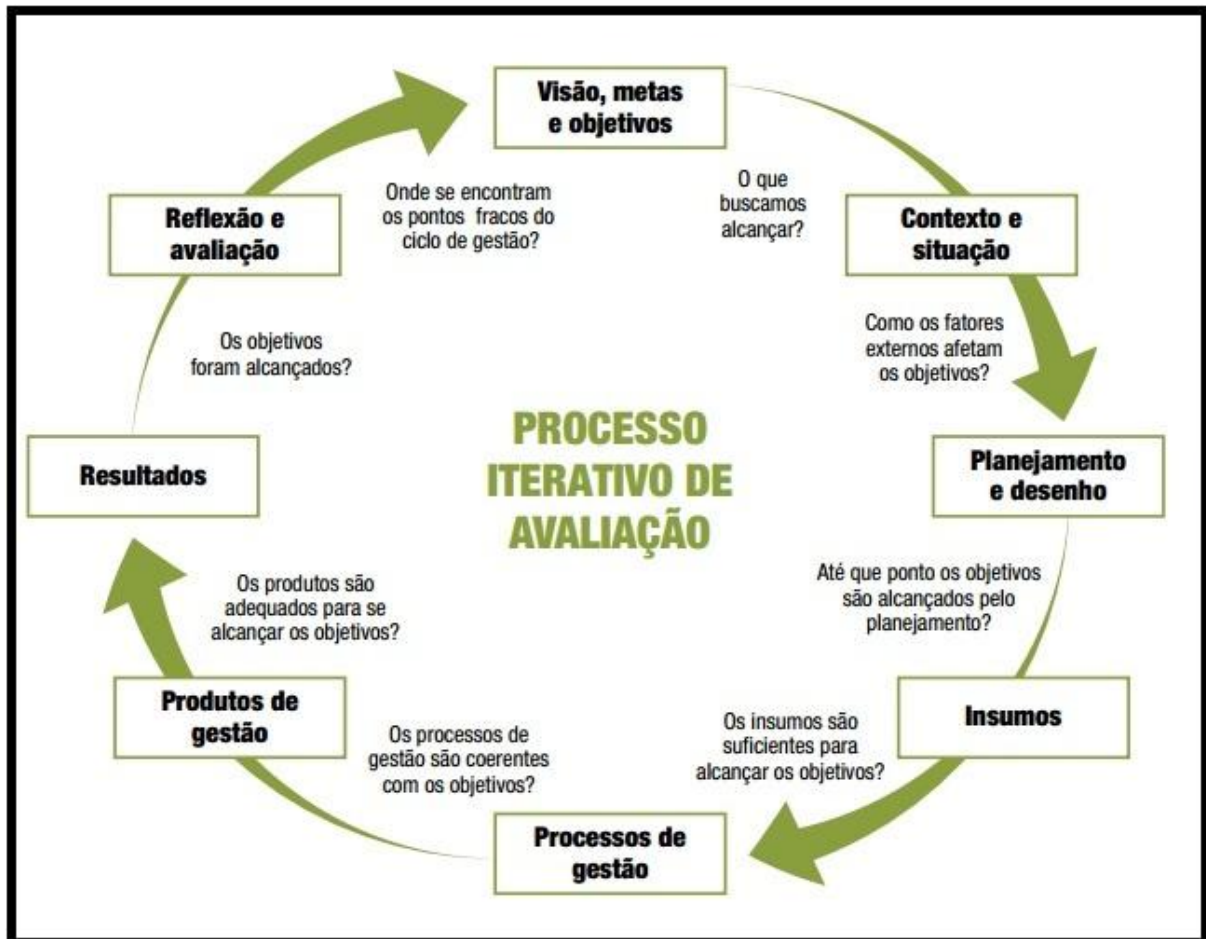


Figura 01: Ciclo de gestão e avaliação proposto pela comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial para a Natureza.

Fonte: Hockings et al., 2000 apud WWF-Brasil, 2011, p.17.

Portanto, é imprescindível que, para ocorrer uma gestão eficaz em uma unidade de conservação, haja uma infraestrutura básica, com toda sua área regularizada, objetivando se estabelecer, naquele local, condições para que ações concretas referentes à conservação da diversidade aconteçam e que haja monitoramento e pesquisa científica, contribuindo assim para o bom andamento da área protegida.

Assim, a pesquisa e o monitoramento são componentes básicos para uma gestão eficaz, sendo então imprescindível que as UCs possuam políticas claras, versáteis, dinâmicas e suficientemente amplas que possibilitem a realização de pesquisas científicas com os mais variados temas consoantes aos objetivos de manejo (MARTIN, 1987; THORSELL, 1990; PULIDO e OLTREMARI, 1995 apud FARIA, 2004, p. 44 - 45).

Mesmo com a tomada dessas ações, muitas vezes, as unidades de conservação sofrem com degradações, devido ao crescente processo de urbanização. Faz-se necessário passar por técnicas de recuperação, as quais colaboram para a melhoria do manejo dessas áreas. Os corredores ecológicos<sup>6</sup> podem ser uma alternativa na melhoria da qualidade do entorno, e

<sup>6</sup> Previsto no decreto nº 750 de 1993.

assim favorecer a conservação da diversidade, já que o risco da extinção de espécies não será minimizado caso a conservação seja realizada na forma de “ilhas”. Assim, o SNUC caracteriza os corredores ecológicos como:

Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. (BRASIL, 2000).

Outra forma de se ter um melhor manejo da biodiversidade é com a implantação da zona de amortecimento, que segundo o SNUC, no art. 2º, inciso XVIII, é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas as normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000). Esta zona tem o objetivo de não deixar com que a unidade fique isolada e seu entorno seja totalmente ocupado com atividades e interferências que atinjam diretamente a área protegida.

Outro ponto importante que deve ser considerado é a capacitação dos funcionários. Para Faria (2004), se a eles for dado papel de grande importância pelo gestor do parque, sentir-se-ão estimulados a conservar, a explicar a importância daquela área para à população, fazendo com que se interessem por esse bem numa possível tentativa de se vencer os desafios e as ameaças que constantemente aparecem, contribuindo para com a melhoria da unidade.

Vale ressaltar que mesmo seguindo esses requisitos e colocando em prática todo o conhecimento que se tem para que o manejo apresente uma excelente qualidade, pode ser que isso não aconteça, já que são muitos os fatores e detalhes que podem prejudicar o seu bom andamento.

Uma organização reflexiva, composta por pessoal capacitado e dirigentes pró-ativos, constitui um importante fator para fazer com que a gestão seja entendida e praticada como um experimento a longo prazo, libertando-a da rotina e permitindo que as novas informações trabalhem em direção ao alcance da missão organizacional. No caso de organizações dedicadas às questões ambientais pode-se dizer que as mesmas devem possuir, além de amplo conhecimento técnico, também requisitos gerenciais explícitos para uma gestão moderna e eficaz das unidades de conservação. (FARIA, 2004, p.50 – 51).

Abaixo, um quadro com fatores, os quais podem auxiliar para a eficácia da gestão em áreas protegidas é apresentado (Quadro 2).

- Implementar a capacitação de pessoal em todos os níveis e formação de lideranças;
- Visão sistêmica da organização e visão prospectiva do sistema gerencial e das políticas de governo;
- Internalização e compreensão coletiva do passado, presente e futuro da organização visando sua melhor inserção no ambiente externo;
- Acompanhamento sistemático do desempenho do pessoal, da gestão e da eficácia gerencial nos vários níveis de decisão institucional;
- Adoção de estratégias que resultem na utilização das informações geradas e das novidades do setor para a retroalimentação da gestão;
- Adoção de esquemas administrativos onde impere a agilidade dos tramites burocráticos: Informatização e 'internetização' dos processos;
- Adoção de uma estrutura institucional com fortes conexões horizontais que vise a promoção de comunicação entre disciplinas, departamentos e as organizações;
- Implementação de sistemas que visem a captação e geração de recursos, privilegiando a consolidação de parcerias em todos os níveis de atividade institucional;
- Implantar esquemas que resultem em autonomia gerencial e descentralização das decisões (capacidade com confiabilidade);
- Adotar o planejamento setorial como ferramenta básica para a eliminação de erros;
- Estabelecer rotinas que valorizem a administração baseada em Programas de Trabalho;
- Estabelecer como diretriz básica o planejamento e a gestão participativos.

Quadro 02: Requisitos gerenciais para uma gestão moderna e eficaz das Unidades de Conservação.

Fonte: Adaptado AGEE, 1996; JUNQUEIRA E VIANNA, 1996; BERGAMINE 1997; DUDLEY e IMBACH, (sd); apud FARIA, 2004, p.51.

Ao analisar o quadro, nota-se que há muitas condições que permitem tornar uma gestão eficaz, embora todas sejam imprescindíveis. Visto isso, cabe ao gestor de cada unidade de conservação colocar esses requisitos em prática para então atender as necessidades de sua realidade, alcançando as melhores soluções para se obter uma gestão que seja realmente eficaz.

## 5.2 Gestão Participativa das Unidades de Conservação

Conforme dito anteriormente, as unidades de conservação foram criadas a partir de uma concepção preservacionista, a qual não permitia populações vivendo naquela área, por ser destinada apenas à contemplação de sua natureza. No entanto, como essas áreas são a principal maneira de se tentar proteger os recursos naturais e a biodiversidade dos países, foi necessária uma mudança de concepção, adotando-se então a visão conservacionista, que passa a permitir a convivência do homem com a natureza.

Essa modificação foi muito importante para a gestão das unidades, visto que seu manejo afeta a sociedade como um todo, principalmente as pessoas que fazem uso dos seus recursos para sobreviver. As comunidades tradicionais com os conhecimentos sobre a área protegida em que estão situadas, por muitos anos, não puderam contribuir para com o seu manejo, já que a política que prevalecia era a retirada dessa população do seu local de origem, ou seja, a retirada das unidades de conservação, fato esse que impedia a colaboração das

comunidades para com o processo de criação e implementação dessas áreas, uma vez que não eram levados em conta seus interesses.

Embora a responsabilidade de manejar uma unidade de conservação esteja completamente designada a uma instituição específica, é um fato que dito manejo, ou mal manejo, afeta vários grupos na sociedade. Esses grupos incluem, primeiramente, as comunidades que vivem dentro das UCs ou nas proximidades destas e, em especial, as pessoas que usam ou obtêm rendimentos provenientes dos seus recursos naturais, que possuem conhecimento, aptidões e aspirações relacionadas ao seu manejo, e as pessoas que reconhecem na UC um valor cultural, religioso ou recreativo único. (BORRINI-FEYERABEND, 1997, p.5).

Essas ações de retirada das populações tradicionais foram utilizadas pelo governo devido ao tipo de manejo adotado na época, o manejo excludente, o qual partia do pressuposto de que a natureza devia ser apenas admirada, não podendo o homem conviver com ela harmoniosamente. De acordo com Borrini-Feyerabend, 1997, p.5:

[...] os principais modelos estratégicos surgiram nos anos 60 e 70: o manejo “excludente” e o manejo “inclusivo”. No primeiro amplamente adotado nos Estados Unidos, os planos de manejo se desenvolveram com a intenção de isolar os interesses dos habitantes locais das unidades de conservação, com opções que iam desde uma atitude abertamente anti-participativa até o assentamento das comunidades residentes em terrenos fora dos limites da UC. Essa postura era comum tanto nas reservas de propriedade estatal como nas privadas, tais como aqueles territórios adquiridos por ONGs conservacionistas para evitar sua exploração por parte de desenvolvimentistas privados. No segundo modelo, adotado mais frequentemente na Europa Ocidental, os interesses das sociedades locais foram fundamentais nas UCs (“o bem-estar daqueles que vivem e trabalham nos Parques Nacionais deve sempre ser uma primeira consideração”), a propriedade privada da terra dentro das unidades de conservação era comum e os administradores locais estavam sumamente envolvidos na planificação do manejo.

Segundo Kerhart (2010), verificou-se que na América do Sul, até 1992, somente 14,1% dos parques nacionais eram desabitados totalmente, caracterizando a má efetivação na gestão das unidades de conservação. Embora o manejo “excludente” muitas vezes tenha sido implementado com sucesso para preservar áreas de beleza cênica relevante, o manejo “inclusivo”, sem nenhuma dúvida, deve ser o escolhido para as áreas protegidas que tenham populações tradicionais, as quais usufruem dos recursos naturais para sua subsistência.

Em 1988, com a elaboração da Constituição, ficou clara a postura de que a participação da população nas decisões do país era considerada relevante, comprovando-se este argumento já no artigo 1º, parágrafo único da mesma, que estabelecia que “todo poder

emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, 1988). Além disso:

Segundo a UICN (1997), o Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Unidades de Conservação ocorrido em Caracas, em 1992, já havia reconhecido a necessidade de participação de residentes locais, ONGs e governos regionais e locais na gestão das unidades de conservação. (KERHART, 2010, p.53).

No entanto, somente em 1994, em um Workshop sobre ‘Populações e Parques’ em que se debateu sobre a presença humana nas áreas protegidas e sua gestão, é que se apontou como ocorreria a inclusão de maneira efetiva da população tanto na criação quanto na implementação das unidades de conservação o que caracterizou sobremaneira a gestão participativa, considerada “o processo mediante o qual os membros de uma sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens dessa mesma sociedade.” (TOURAINÉ 1976, apud KERHART, 2010, p.53).

Com a aprovação da lei federal nº 9.985/2000, em seu artigo 5º nota-se a importância da participação popular na criação e gestão das áreas protegidas:

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

[...]

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

[...]

(BRASIL, 2000).

O artigo 22º do SNUC estabelece algumas formas de participação efetiva da sociedade, como:

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

§ 4º Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º deste artigo.

[...]

(BRASIL, 2000).

Além disso, instituiu-se a criação dos conselhos consultivos, os quais têm por função concretizar a participação da sociedade e colaborar com a gestão das unidades de conservação. No entanto, é importante destacar que isto nem sempre aconteceu, como discutiremos a seguir.

Mesmo com todo esse aparato legal do SNUC para a gestão participativa das unidades de conservação há um histórico de divergências e falta de diálogo entre a sociedade civil e os órgãos públicos que não podem ser deixados de lado. Tais divergências se estenderam durante todo o processo de criação das unidades, dificultando a eficácia da gestão, já que essas áreas protegidas foram implantadas, na maioria das vezes, sem participação social, acarretando o sentimento de não pertencimento àquele local, segundo Kerhart (2010).

Muitas vezes cria-se uma série de unidades de conservação somente com o intuito de garantir a proteção dos recursos, conforme afirma Faria (2004). Porém, é preciso constituir uma base adequada para sua gestão, fato este que envolve uma gama de aspectos: econômicos, técnicos e políticos tais como planejamento, educação ambiental, capacidade institucional, programas de desenvolvimento regional, conhecimentos gerados e disponíveis e aspectos legais, dentre outros. A presença ou ausência destes fatores e/ou a maneira como são manipulados serão fundamentais para determinar a eficácia da gestão de cada unidade de conservação.

Deve-se atentar também para o fato de que embora o manejo/gestão participativo (a), conforme ressalta Borrini-Feyerabend (1997), seja caracterizado (a) por pessoas interessadas a uma unidade de conservação se envolverem de forma ativa, grandiosa, com as atividades do seu manejo, da sua gestão, este (a) não é considerado uma proposta aplicável e eficaz em todos os casos, já que em determinadas situações em que é necessário agir rápido, é mais eficiente tomar decisões ao invés de esperar pelo consenso de todos os envolvidos.

### **5.3 Conselhos**

Os conselhos apareceram com força na década de 1980, quando os movimentos sociais urbanos e alguns setores profissionais com atuação política começaram a agir, apresentando como resultados positivos dessa ação a formação de espaços públicos formais.

Como já dito acima, o artigo 1º da Constituição de 1988, estabeleceu a representatividade do povo e seu poder e, por conseguinte a criação de meios de participação popular, como audiências públicas, plebiscito, comitês, conselhos, ouvidorias, dentre outros, segundo Cunha e Loureiro (2008).

Desta forma, os conselhos caracterizam-se por ser “um dos espaços de maior aceitação para se estabelecer formas de gestão e diálogo entre as organizações da sociedade civil e os governos na configuração do Estado e de políticas públicas específicas”. (CUNHA et al. 2008, p. 8).

A Lei nº 9985/2000 em seus artigos 5º e 29º prevê a criação dos conselhos consultivos nas unidades de conservação, destacando a importância da participação pública para garantir uma eficaz gestão dessas áreas. Os conselhos podem ser consultivos ou deliberativos, sendo que o primeiro é responsável por proporcionar transparência para a gestão da área protegida através de controle social, cooperar no desenvolvimento e implantação do Plano de Manejo, além de agregar as unidades às instituições de pesquisa, comunidades, ONGs, dentre outros. O segundo possui as funções acima e também ficam a seu encargo a aprovação do Plano de Manejo e a contratação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) para gestão compartilhada.

De acordo com Palmieri & Veríssimo (2009), o conselho tem como objetivo realizar a integração da unidade de conservação com a comunidade, colaborar para com a construção e implantação do Plano de Manejo, trazer como benefícios a expansão do diálogo entre os setores interessados na unidade e fazer com que os problemas sejam solucionados de forma consensual. No entanto, este espaço não garante a participação e a democracia, visto que muitas vezes esta participação até ocorra de forma paritária no quesito quantitativo, mas qualitativamente muitas opiniões são deixadas para trás, além de muitos problemas referentes à burocracia e a baixa autonomia nos quesitos decisórios.

Porém, é preciso reconhecer que são observados, na prática, problemas quanto à melhor forma de funcionamento dos conselhos, até mesmo por seu pouco tempo de existência. Também deve ser lembrado o histórico de conflitos e de ausência de estratégias de diálogo entre órgãos ambientais e agentes sociais populares envolvidos em áreas protegidas (o que tem gerado um contexto de mútua desconfiança e um afastamento que dificulta a reversão do cenário centralizado de gestão ambiental dominante no país). O fato de muitas UCs terem sido criadas de cima para baixo, sem participação social em sua definição, dificulta o sentido de pertencimento que auxiliaria na criação de um espaço de tomada de decisões, onde seria necessária a confiança na obediência das normas estabelecidas e acordadas no grupo. (CUNHA, et al, 2008, p. 9).



O que ocorre muitas vezes é que o conselho consultivo representa o início da discussão sobre a unidade, seus problemas e conflitos, quando na verdade essa discussão deveria ter se iniciado antes mesmo de sua criação, a partir de consultas públicas para que todos os envolvidos pudessem participar de questões referentes à localização, área, limites, fortalecendo assim o conselho, num segundo momento. Concorde-se com Cunha (2008, p.9):

Assim, é fundamental que seja priorizada politicamente, por parte do governo federal e de grupos sociais envolvidos com a questão ambiental, a formação dos conselhos nas UCs, sob princípios compatíveis com uma perspectiva participativa e democrática de gestão e com uma visão integradora social-natural, testando-se e aprimorando-se metodologias capazes de viabilizar tais espaços públicos em todas as UCs do território nacional.

Vale ressaltar, no entanto, que a Lei nº9985/2000 e o seu decreto de regulamentação apresentam de forma pouco profunda algumas normas referentes à democratização dos métodos de criação das unidades de conservação e/ou sobre a sua gestão e, conseqüentemente, os gestores das áreas protegidas interpretam de múltiplas formas a criação e desenvolvimento dos conselhos. De acordo com o documento Gestão Participativa do SNUC (MMA, 2004 apud Cunha, 2008, p. 10):

"As atividades para criação desses colegiados têm geralmente se constituído em processos restritos a poucas entidades, sendo comum que os convites para participação sejam direcionados prioritariamente a órgãos públicos e ONGs ambientalistas, cabendo a participação de outras organizações sociais apenas à imposição legal de paridade entre representantes de entidades públicas e da sociedade civil. Mesmo assim, nota-se a tendência para se convidar entidades que representem os interesses empresariais e de segmentos urbanos, em detrimento das formas de organização de moradores e dos produtores mais diretamente relacionados à unidade de conservação".

O Artigo 29º do SNUC estabelece a obrigatoriedade da criação de um conselho consultivo nas unidades de Proteção Integral:

Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (BRASIL, 2000).

É importante destacar que os conselhos consultivos devem se adaptar às características de cada unidade de conservação, para obter maior eficácia na resolução de problemas.

Também as reuniões devem ser realizadas em locais públicos, de fácil acesso para a sociedade e trazer pauta já preestabelecida.

O decreto nº 4.340/02 (BRASIL, 2002) que regulamenta o SNUC, em seu artigo 17º institui que é de responsabilidade da administração da área protegida propor nomes para constituir o conselho, conforme designado no decreto:

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas;

§ 2º A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.

[...]

§ 5º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

[...]

(BRASIL, 2002).

Ainda neste decreto, o artigo 20º explana quais são os deveres que cabem ao conselho consultivo:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

[...]

VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e;

IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

(BRASIL, 2002).

O Decreto de nº 49.672, assinado em 06 de junho de 2005, o qual dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de São Paulo, define suas diretrizes.

De acordo com o artigo 4º do decreto estadual, é de incumbência dos conselhos consultivos concretizarem e legitimarem a gestão participativa das unidades de conservação de proteção integral, e suas ações devem seguir os seguintes princípios:

- I - valorização, manutenção e conservação dos atributos naturais protegidos;
- II - otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas no entorno da área;
- III - busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno da Unidade de Conservação;
- IV - otimização do aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros;
- V - divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação;
- VI - aplicação dos recursos na busca dos objetivos da Unidade de Conservação, observadas as regras que regem a administração pública.

Os conselhos das unidades de conservação do Estado de São Paulo precisam ser representados paritariamente por órgãos públicos e pela sociedade civil, com no máximo 24 membros e no mínimo 08 e contar com o prazo de 90 dias para estabelecer seu regimento interno. Deve possuir participação ativa na elaboração do plano de manejo da área protegida e articular os entes públicos, a população do entorno e a iniciativa privada em busca de resultados favoráveis no que diz respeito à proteção e recuperação dos recursos naturais.

## 6. CAPÍTULO 03: SANTA RITA DO PASSA QUATRO E O PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA

### 6.1. Contextualização do Município de Santa Rita do Passa Quatro

Durante o século XIX, os cafezais, juntamente com as culturas agrícolas posteriores foram os principais responsáveis pela destruição das florestas, fato esse que se intensificou no século XX, quando da quase total eliminação do Cerrado e da Floresta Estacional Semidecidual (Mata Atlântica do Interior) de Santa Rita do Passa Quatro (Figura 02) e de todo o Estado de São Paulo, juntamente com sua fauna.



Figura 02: Localização do Município de Santa Rita do Passa Quatro.  
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa\\_Rita\\_do\\_Passa\\_Quatro/](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita_do_Passa_Quatro/)

Um dos principais agentes na derrubada das árvores foi a Companhia Paulista de Estradas de Ferro que utilizava a madeira para aquecer as caldeiras das locomotivas. Essa Companhia possuía diversas áreas florestais de onde retirava a matéria prima para sua ampliação, comprovada ação de acordo com “[...] o avanço das plantações de café e, por conseguinte, das ferrovias caminhou junto com o desflorestamento do Estado de São Paulo”. (MENARIN, 2011, p.95). Por meio desse, fica evidente, na imagem da cobertura florestal do Estado de São Paulo, no decorrer dos anos, a destruição da floresta original para a ocupação deste solo com monoculturas, muito lucrativas economicamente (Figura 03).

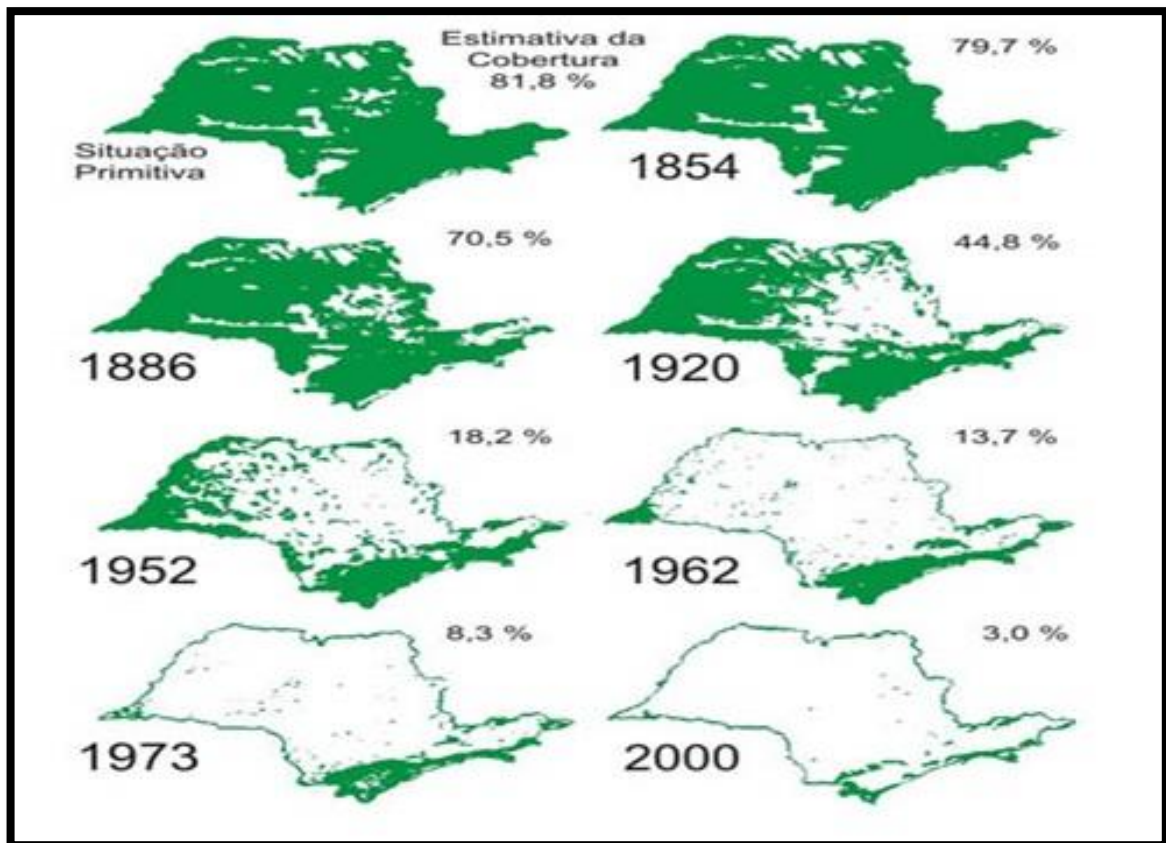


Figura 03: Reconstituição da Cobertura Florestal do Estado de São Paulo.  
Fonte: MENARIN, 2011, p.96.

Segundo Menarin (2011), conforme consta no Plano Diretor de Santa Rita do Passa Quatro, elaborado no final da década de 1950, a região norte do município era tomada por Cerrado e, somente em meados de 1960, iniciou-se sua exploração, transformando a paisagem natural em plantações de eucalipto. “Com o desenvolvimento técnico alcançado na década de 1950, as áreas de Cerrado até então relegadas a categoria de solos inferiores para produção agrícola, começaram a figurar atrativas e a sofrerem as ações de ocupação sistemática.” (MENARIN, 2011, p. 97).

Estas plantações de eucaliptos passam a ser mais bem vistas pelas indústrias de celulose e papel, já que o petróleo começou a ser o combustível usado pelas locomotivas. Devido à intensa utilização do eucalipto, as áreas de Cerrado tornaram-se regiões estratégicas, principalmente na década de 1970, por conta dos incentivos governamentais, as quais passaram a ser vastamente exploradas, apresentando baixos preços, conforme afirma Menarin, 2011, p.98:

[...] houve um sensível crescimento no plantio de espécies como o eucalipto e pinus, dada as suas potencialidades de exploração econômica para o fabrico de celulose, corroborando sobremaneira o avanço sobre as áreas de Cerrado do Estado de São Paulo, e em particular da região de estudo, entre os municípios de Santa Rita do Passa Quatro, São Simão e Luis Antonio.

As representações cartográficas a seguir, elaboradas com fotografias aéreas e imagens de satélite apresentam modificações na sua cobertura vegetal natural representada pelo bioma Cerrado, o qual vai sendo devastado em função das monoculturas presentes nas cidades de Santa Rita do Passa Quatro, São Simão e Luis Antonio (Figuras 04, 05 e 06) a partir da década de 1960 até o fim dos anos 1980.

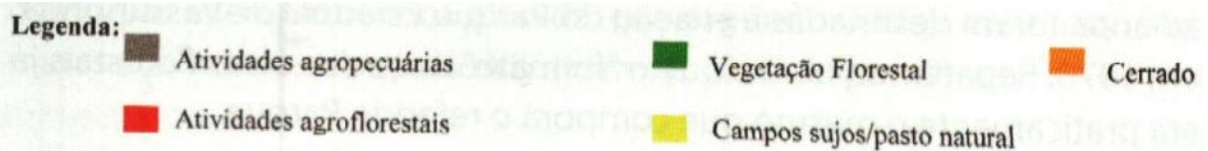
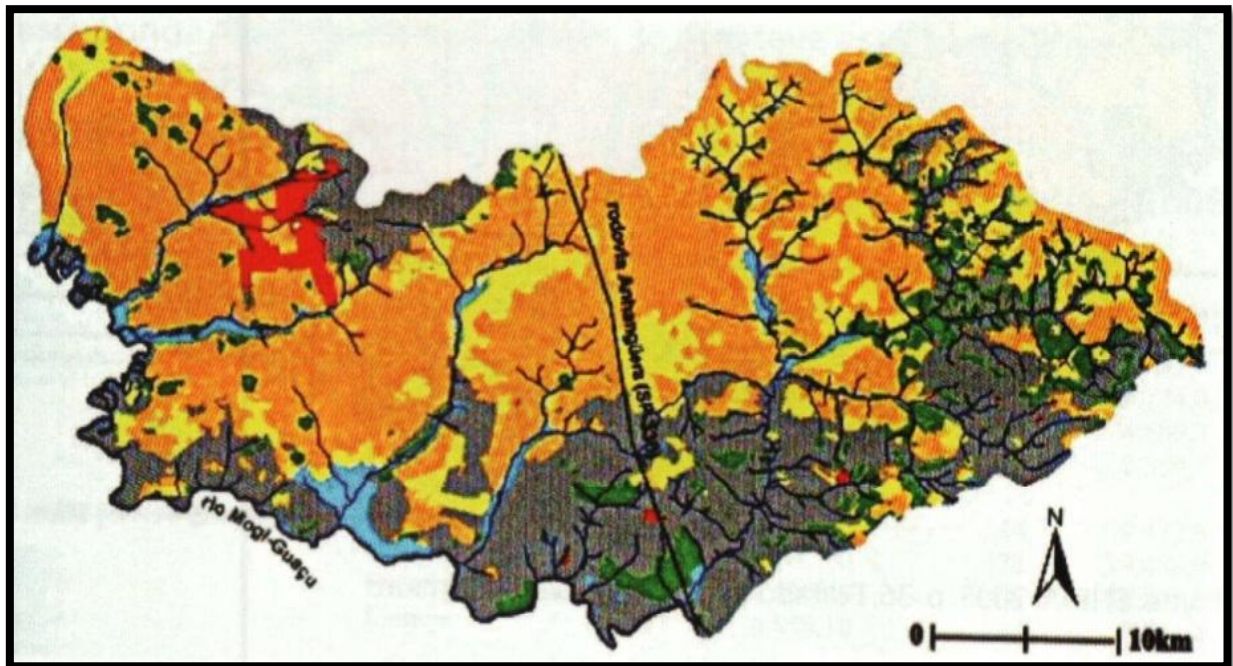


Figura 04: Uso e ocupação do solo na região de Santa Rita do Passa Quatro, em 1962.  
Fonte: SHIDA, 2005, apud MENARIN, 2011, p.99.

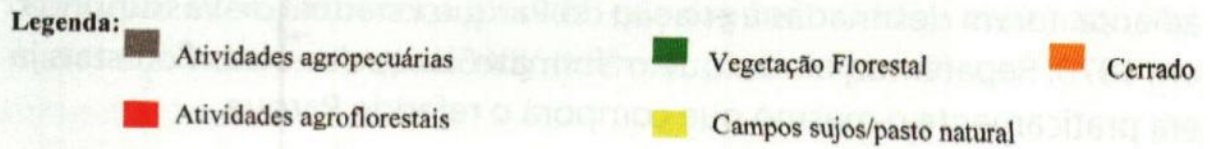
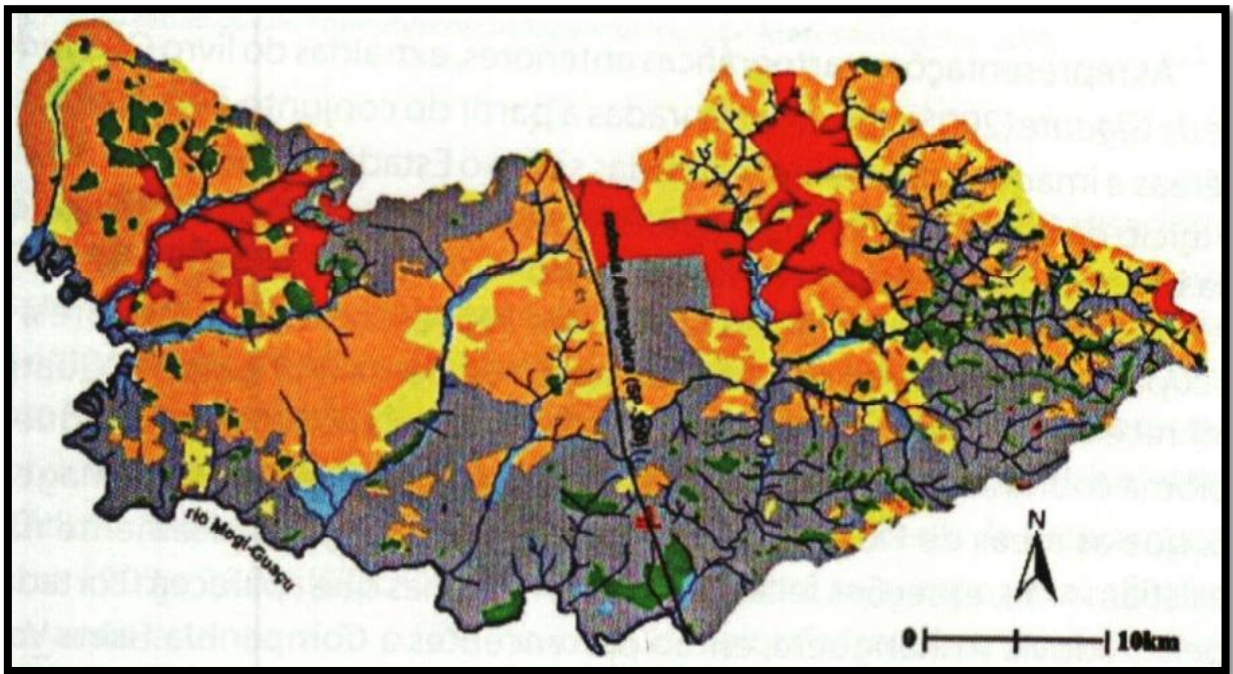


Figura 05: Uso e ocupação do solo na região de Santa Rita do Passa Quatro, em 1972.

Fonte: SHIDA, 2005, apud MENARIN, 2011, p.99.

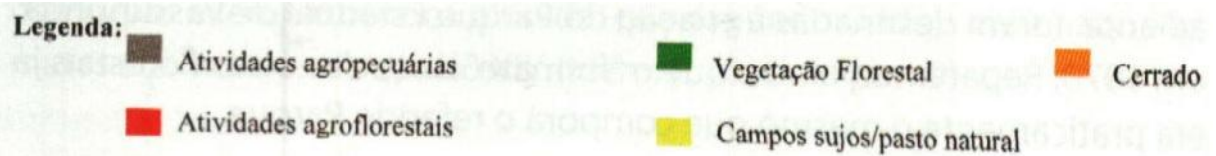
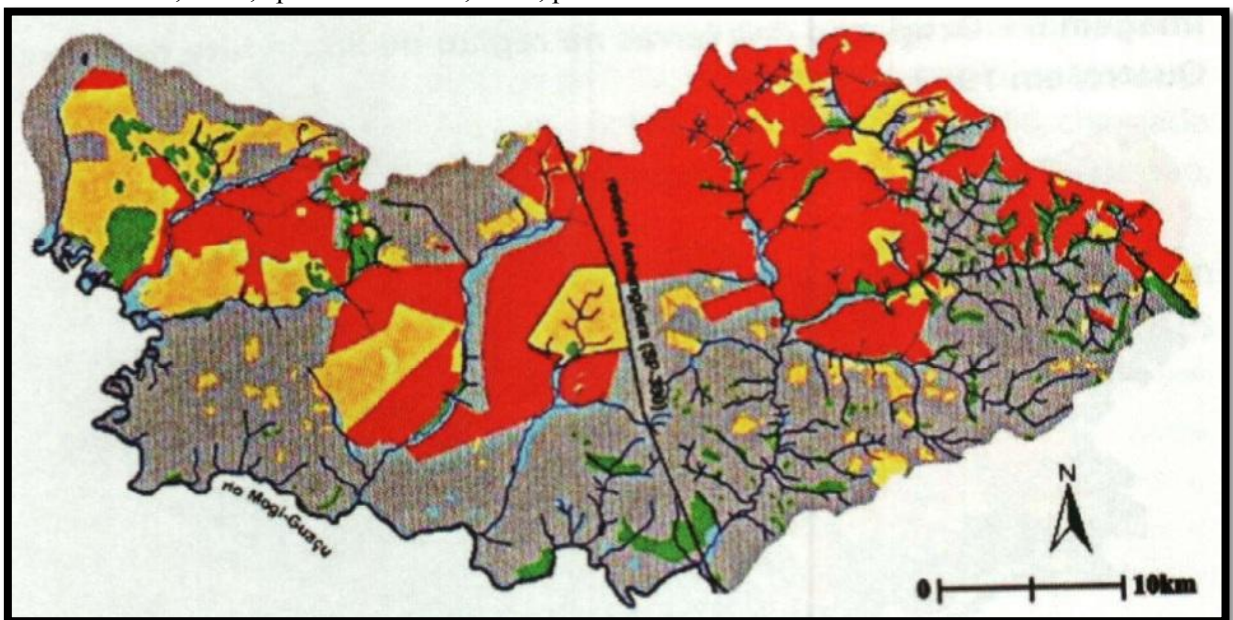


Figura 06: Uso e ocupação do solo na região de Santa Rita do Passa Quatro, em 1988.

Fonte: SHIDA, 2005, apud MENARIN, 2011, p.100.

A partir dos mapas podemos notar que a ocupação do Cerrado se deu de forma acelerada e recente, com o avanço das atividades agroflorestais. Sobram pequenos remanescentes que estarão protegidos em unidades de conservação. Nota-se que da Floresta Estacional Semidecidual restaram apenas alguns fragmentos que são ainda mais prejudicados devido à presença da Rodovia Anhanguera. Tais fragmentos constituirão o Parque Estadual de Vassununga.

Além da vegetação nativa ter sofrido diversos impactos decorrentes da ação antrópica, outro ponto que deve ser considerado é a fauna da região a qual, da mesma forma, sofreu de maneira impiedosa tanto com a caça quanto com a destruição das matas. Muitas seriam as espécies praticamente extintas, conforme afirma Menarin (2011), se não fosse a existência da Unidade de Conservação para frear com o desaparecimento destas. No Parque Estadual de Vassununga, hoje em dia, é possível se encontrar macaco-prego, tucano, esquilo, cutia, além de espécies ameaçadas de extinção como a jaguatirica, lobo-guará, onça-parda, papagaio verdadeiro, tamanduá-bandeira, urubu-rei, dentre outras.

## **6.2 Histórico: Companhia Usina Vassununga**

Na região de Santa Rita do Passa Quatro (Nordeste do Estado de São Paulo), na primeira metade do século XIX, a ocupação econômica acontecia por meio da agricultura e pecuária, desenvolvidas por migrantes do Sul da Província de Minas Gerais. Já na segunda metade do século XIX, com o avanço do café rumo ao Oeste Paulista, o território de Santa Rita do Passa Quatro se encontrava tomado por extensas plantações que provocavam o desmatamento da região, já que estabelecia-se o plantio em áreas mais altas com o objetivo de evitar as geadas, além de serem as matas avaliadas por sua beleza como sinal de fertilidade dos solos.

Com o início do século XX veio a crise do café, causada pela superprodução, que juntamente com a Quebra da Bolsa de Nova York em 1929 favoreceu uma mudança no cenário agrícola que se diversificou, dando à cana-de-açúcar maior visibilidade, pois passou o produto a ter grande destaque nas exportações do Estado de São Paulo na segunda metade do século XX.

Em Santa Rita do Passa Quatro, no ano de 1924, dois grandes cafeicultores criaram a Companhia Usina Vassununga. Eles eram proprietários das fazendas Córrego Rico, com 5.000 alqueires e Paulicéia, com 3.000 alqueires. Juntas, ocupavam grande parte da região oeste da cidade. No contexto agrícola da época, a plantação de café rapidamente foi substituída pelo cultivo da cana, destinado à indústria. A Usina contava com onze colônias de



famílias, a maioria descendentes de imigrantes italianos. Esses colonos estiveram presentes até o fim da década de 1960 e a Usina causou ampla repercussão na cidade, visto tal importância desta no meio político-econômico.

No entanto, a Usina se mostrava instável do ponto de vista financeiro há bastante tempo. Em 1956, seus proprietários incorporaram mais três fazendas para ampliar o capital (Limoeiro, Vassununga e Santa Rita). Em 1959, a Companhia pediu concordata preventiva e entre 1966 e 1969 a Fazenda do Estado de São Paulo moveu diversas Execuções Fiscais contra a Companhia. Devido a essas dívidas, os proprietários designaram três glebas adjacentes de Cerrado para leilão, somando 1.064,80 hectares ou 440 alqueires, o qual ocorreu no dia 05 de maio de 1969 sendo que por conta dos Executivos Fiscais 794/66, 184/67 e 1620/67, a Fazenda do Estado arrematou as áreas pelo valor de Cr\$ 880.000,000 segundo consta nos AUTOS da Ação falimentar, de acordo com Menarin (2011).

Todavia, a descrição das áreas foi realizada de uma forma muito precária, com pouca informação, falta de dados, o que impossibilitou sua localização. Desta forma, a Fazenda do Estado não fez a transferência dos Registros Imobiliários para confirmar sua posse naquelas glebas, o que fez com que mais tarde perdesse essas terras, as quais seriam destinadas a Estação Biológica de Mangaíba.

Com a Companhia falida em agosto de 1969 e estipulado o valor de seus bens, deu-se início ao processo de venda com a publicação do Edital, em outubro de 1970, para convidar competidores. Em 12 de março de 1971, foi inserido no Edital um parágrafo que dizia que as glebas do Parque Estadual de Vassununga faziam parte dos bens da massa falida (como veremos a seguir). Somente em junho de 1971, uma das quatro propostas apresentadas foi aceita, vinda de Ribeirão Preto, da Usina Martinópolis, a qual pagou Cr\$ 4.000.000,000 à vista e o restante em dez parcelas anuais de Cr\$ 2.100.000,000 sem juros ou correções monetárias, chegando a 25 milhões. Porém, vale ressaltar que este valor só foi atingido dez anos após a venda da Usina, sem nenhum reajuste nas parcelas.

### **6.3 Histórico: Parque Estadual de Vassununga e Estação Biológica de Mangaíba.**

Vista a história da Companhia Usina Vassununga, como se deu sua falência e a partir de então os créditos da Fazenda do Estado de São Paulo para essa Usina, efetivou-se a condição necessária para a criação do Parque Estadual de Vassununga. Com isso, em agosto de 1970 configurou-se um Grupo de Trabalho com o objetivo de gerar toda a instalação necessária do Parque Estadual na fazenda Vassununga.

Em 24 de outubro, foram entregues os estudos para a criação do referido Parque Estadual ao Chefe da Casa Civil, Carlos Eduardo de Camargo Aranha. E em 26 de outubro de 1970, o então Governador Roberto de Abreu Sodré, pelo Decreto 52.546, criava o Parque Estadual de Vassununga em áreas com remanescentes de Floresta Estacional Semidecídua e de Cerrado, pertencentes à então Massa Falida Companhia Usina Vassununga. Nesse decreto, esperava-se que, pela existência de créditos da Fazenda do Estado naquela Massa Falida, tal fato simplificasse a “aquisição das terras” (SÃO PAULO. Decreto 52.546, 26 de out. 1970). A justificativa presente no decreto foi atribuída à “necessidade inadiável de preservar as maiores e mais belas florestas de jequitibás vermelhos ainda existentes” (Idem), devendo incrementar o turismo no município de Santa Rita do Passa Quatro, inclusive pela formação geológica própria da gleba cerrado *Pé de Gigante*. (MENARIN, 2011, p.131).

O Parque possui 2.071,42 hectares e fica perto da divisa com Descalvado, dada pelo rio Mogi-Guaçu e com Luis Antonio, estabelecida pelo córrego Vassununga. Localiza-se na porção oeste do município, sendo cortado pela Rodovia Anhanguera (SP-330). Ele se insere no grupo de Proteção Integral<sup>7</sup>, caracterizando-se como uma unidade de preservação de ecossistemas naturais, a qual permite a realização de pesquisas científicas após autorização prévia e, desta forma, alcançar os objetivos aos quais esse trabalho se propõe. Como objetivos do parque, a Lei 9985/2000 designa:

Art. 11. [...] “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. (BRASIL, 2000).

O Parque Estadual de Vassununga, segundo seu Plano de Manejo (SÃO PAULO, ESTADO, 2009) possui seis glebas desconexas: uma de Cerrado denominada Pé de Gigante

<sup>7</sup> A Lei nº 9.985 instituiu em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), ao qual classifica as unidades de conservação em dois grupos, as unidades de Proteção Integral e as unidades de Uso Sustentável. O objetivo das áreas do primeiro grupo é a preservação da natureza, podendo-se fazer uso indireto de seus recursos naturais. O intuito do segundo grupo é conservar a natureza, podendo utilizar de maneira sustentável parte de seus recursos naturais. As unidades de Proteção Integral englobam: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre, já as unidades de Uso Sustentável agregam: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural (BRASIL, 2000).

(1.212,92 ha) e as outras cinco com remanescentes de Floresta Estadual Semidecidual, denominadas Capão da Várzea (12,18 ha), Capetinga Leste<sup>8</sup> (231,06 ha), Capetinga Oeste (331,24 ha), Praxedes (152,50 ha) e Maravilha (131,52 ha) (Figura 07 e 08). Todas estão no município de Santa Rita do Passa Quatro, correspondendo a 2,81% do seu território, o qual possui área de 754,141 Km<sup>2</sup> e população de 26.478 mil habitantes, segundo dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2010.

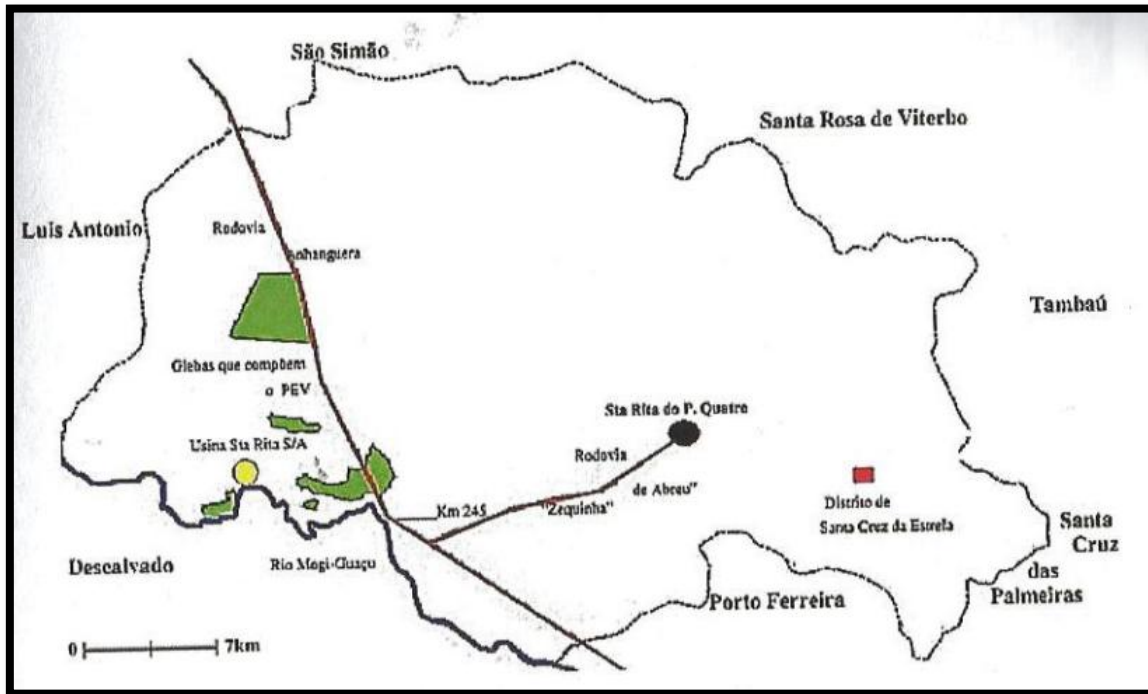


Figura 07: Localização das glebas do Parque Estadual de Vassununga no município de Santa Rita do Passa Quatro - SP.

Fonte: MENARIN, 2011, p.133.

<sup>8</sup> Essa gleba foi inserida no Parque Estadual de Vassununga posteriormente pelo Decreto Estadual 52.720, de 12 de março de 1971. O artigo 3º deste Decreto também determinava a criação da Estação Biológica de Mangaíba.

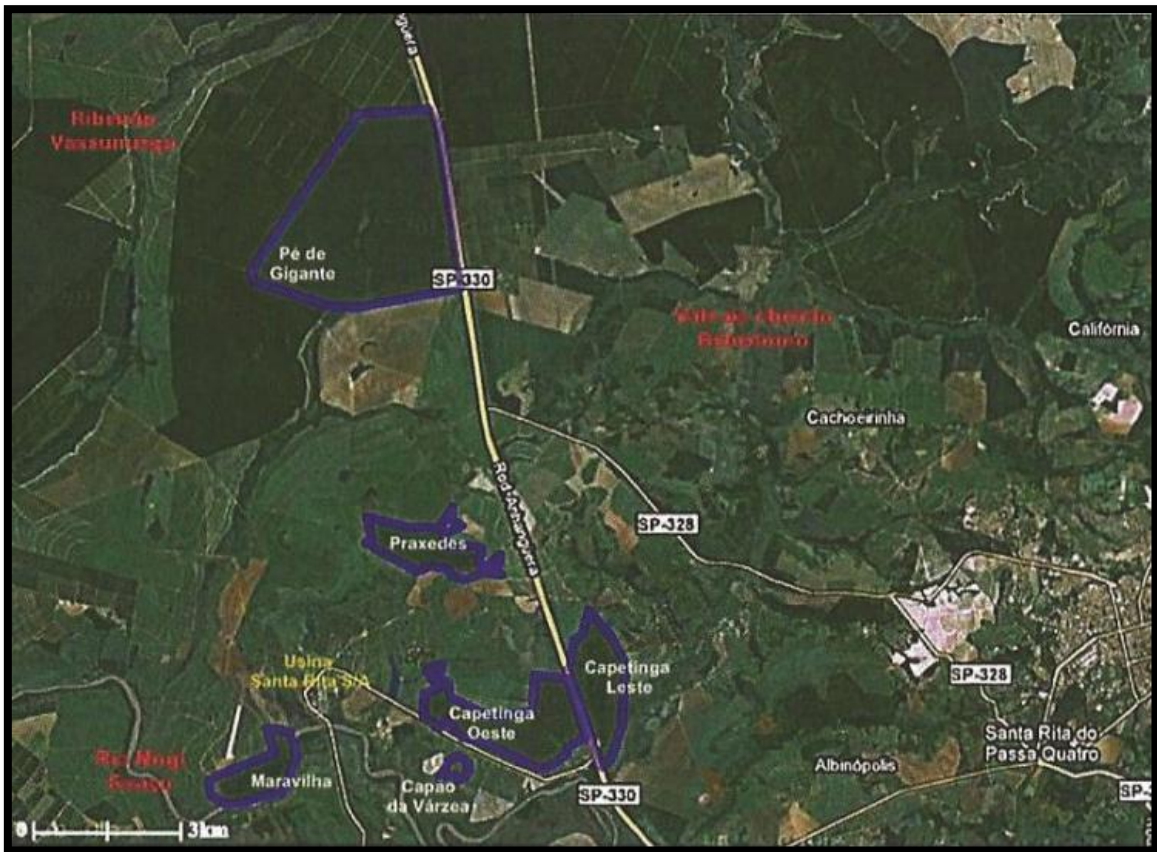


Figura 08: Glebas que compõem o Parque Estadual de Vassununga, a partir de <http://maps.google.com.br> acesso em 14 de mar. 2011.  
Fonte: MENARIN, 2011, p, 134.

O parque apresenta fragmentos de remanescentes de Mata Atlântica (Floresta Estacional Semidecidual) e Cerrado, entretanto, no entorno das glebas, ocorre diversos impactos, conforme afirma o Plano de Manejo (SÃO PAULO, ESTADO, 2009):

A caça e os impactos oriundos das atividades agrossilvipastoris, em especial das monoculturas de eucalipto e de cana-de-açúcar, e daquelas empreendidas em rodovias que cortam e circundam o território da Unidade constituem-se em constantes ameaças. No entanto, considerando o grau de fragmentação e as pressões exercidas sobre os remanescentes de vegetação natural da região, sejam eles constituintes da área do PEV e do seu entorno, decorrentes da ocupação indevida ou da degradação direta ou indireta imposta por aquelas atividades, são esses remanescentes o grande desafio do manejo e proteção da Unidade, pois garantirão, a longo prazo, a sustentabilidade da região, além de se prestarem como uma base ao restabelecimento da conectividade entre os fragmentos da região (SÃO PAULO, ESTADO, 2009).

Um ponto importante a se considerar é que, com estes problemas decorrentes do entorno, há diminuição consideravelmente da diversidade tanto da fauna quanto da flora, e é notável no Parque a presença de vestígios de caças, morte de animais por atropelamento, ou devido a incêndio causado pela Usina Santa Rita S/A que ateia fogo em suas plantações, consequentemente atingindo a unidade de conservação, dentre outros problemas detectados.

Devido a estas questões, acredita-se que os corredores ecológicos seriam a maneira mais eficaz de interligar as glebas, pois possibilitaria maior integridade desse meio como um todo. Além disso, seria necessária a recuperação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) do entorno do Parque, principalmente da Usina, visto que é um dos problemas mais impactantes para a unidade de conservação em questão.

Como já foi visto, quando a Usina Martinópolis comprou a Massa Falida, o Parque já havia sido criado e suas glebas permaneceram incorporadas à antiga Usina, excluindo apenas os 1.064,80 hectares de Cerrado arrematados em leilão pela Fazenda do Estado em 1969. Esses hectares de Cerrado seriam destinados a Estação Biológica de Mangaíba, com o intuito de realizar pesquisas científicas na área da ecologia para o Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo.

A Estação foi criada de acordo com o artigo 3º do Decreto Estadual 52.720, de 12 de março de 1971, no qual o Governo do Estado também incorporava a gleba Capetinga Leste ao Parque Estadual de Vassununga. Entretanto, a área destinada à Estação não fora localizada na época e nem sua escritura de posse transferida para a Fazenda do Estado, ocasionando o equívoco da mesma ser “confundida” com a gleba Pé de Gigante do Parque.

a Estação Biológica de Mangaíba, [...], a ser instalada pela USP, ficará localizada à margem da Via Anhanguera, a partir da área que o Sr. Jamil Cury vendeu à Cia Guatapará. O Eng. Udo Araújo fará o levantamento da área e, juntamente com o dr. Rubens A. M. Moreira, entrará novamente em contato com o Sr. Jamil Cury para passar escritura para o Estado. Em seguida, será providenciada a transferência do Estado para a Universidade (Instituto de Biociências da USP). Essa gleba (Pé de Gigante) será excluída do Parque Estadual, de acordo com o Instituto Florestal (AUTOS da Ação de Desapropriação Indireta., v1.,fls..80-81 apud MENARIN, 2011, p.138).

A Usina Santa Rita S/A, quase após um ano da compra da Massa Falida, vendeu uma possível área de Cerrado para uma empresa de eucalipto, sendo essa área destinada à criação da Estação Biológica de Mangaíba, agora associada à gleba de Cerrado Pé de Gigante do Parque Estadual de Vassununga. “Lembremos ainda que os 440 alqueires de Cerrado arrematados pela Fazenda do Estado, em 1969, foram excluídos do Termo de Arrecadação da Massa Falida, não compondo, portanto, o acervo dos bens vendidos.” (MENARIN, 2011, p.138).

Isso nos permite entender que se essa área não fora registrada como patrimônio da Fazenda do Estado e não pertencia a Usina Santa Rita S/A. Assim, provavelmente, ainda pertencia à Companhia, podendo ser a área arrematada por conta dos Executivos Fiscais destinada à criação da Estação Biológica de Mangaíba.

A sobreposição da área destinada à implantação da referida Estação sobre a gleba *Pé de Gigante*, do Parque Estadual de Vassununga, decorrente da não

localização da primeira, como sugere o excerto anterior, conduziu a algumas divergências entre o Instituto Florestal, responsável pelo Parque Estadual de Vassununga, e a Universidade de São Paulo, pelo seu Instituto de Biociências, que assumiria a aludida Estação Biológica. Por fim, dada a falta de entendimento entre essas instituições, nesse período, a implantação dessa Estação não saiu do papel, prevalecendo a gleba *Pé de Gigante* como parte do referido parque estadual. (MENARIN, 2011, p.139).

Paulo Nogueira Neto, o então presidente do “Grupo de Trabalho da Área Florestal da Vassununga”, para tentar acabar com a questão de uma área de Cerrado - mais de 1.000 hectares - ocupada com um determinado tipo de cultura disse que a gleba Cerrado Pé de Gigante era a área citada nos Executivos Fiscais.

Feita essa associação das áreas, surgiu um problema: oficialmente, a gleba Pé de Gigante possuía 900 hectares e a área destinada à Estação Biológica de Mangaíba mais de 1.000 hectares. Para resolver esta questão, novamente Paulo Nogueira Neto sugeriu ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Cerrado Pé de Gigante, com o objetivo de proteger a biodiversidade existente que ultrapassava os 900 hectares. Tal proposta foi aceita no dia 06 de junho de 1990 pelo Decreto Federal 99.275, criando-se a ARIE, com 1.060 hectares. Em 07 de junho de 1990, outra área de Cerrado, junto a uma várzea, foi estabelecida como ARIE, com 149,87 hectares, chamada de Buriti de Vassununga, contígua à ARIE Pé de Gigante, pelo Decreto Federal 99.276.

Desta forma, a gleba Pé de Gigante não foi excluída do Parque Estadual de Vassununga, o que ocorreu foi uma “sobreposição de categorias de áreas protegidas”, que aumentou sua extensão<sup>9</sup>. Conforme afirma Menarin (2011), p.140-141:

Quanto à sobreposição de categorias, segundo o disposto pelo SNUC, a categoria Parque enquadra-se no grupo de Unidades de Proteção Integral, que preconizam a manutenção de ecossistemas livres de alterações causadas por interferências humanas, admitindo apenas atividades que não envolvam consumo, coleta ou qualquer outra que possa acarretar danos aos recursos naturais; por outro lado as ARIEs enquadram-se nas Unidades de Uso Sustentável, que admitem a exploração do ambiente, desde que em condições de possibilitar a perenidade dos recursos naturais e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade do ecossistema (BRASIL. Lei 9.985, 18 jul.2000).

Nesse caso em particular, para sobreposição de categorias divergentes, o manejo da área deve enquadrar-se conforme o disposto para a categoria mais restritiva.

Sendo assim, a gleba Cerrado Pé de Gigante, agora oficialmente relacionada à área dos Executivos Fiscais, foi agrupada aos bens da Fazenda do Estado de São Paulo, acarretando

---

<sup>9</sup> A área da gleba Pé de Gigante passou para 1.209,87 hectares, no entanto em um levantamento topográfico realizado entre 1998 e 2000 pelo Instituto Florestal constatou-se uma área de 1.212,92 hectares. (KORMAN, 2003 apud MENARIN, 2011, p.140).

mais um erro, já que a Usina Santa Rita S/A havia comprado essa gleba juntamente com a Massa Falida, o que inviabiliza o direito de ser registrada como patrimônio da Fazenda do Estado.

Pelo fato de as áreas destinadas ao Parque Estadual de Vassununga não serem discriminadas durante a transmissão dos bens, os novos proprietários, supostamente, solicitaram à Fazenda do Estado autorização para descontar do valor das prestações anuais a serem pagas à administração da Massa Falida, pela compra daqueles bens, a quantia relativa aos créditos devidos ao Estado, por considerarem que, como este já estaria em posse das áreas destinadas ao Parque Estadual de Vassununga, não deveria mais participar do rateio para o pagamento dos credores. (MENARIN, 2011, p.141).

Por conta disso, a Usina Santa Rita S/A propôs uma Ação de Desapropriação Indireta contra a Fazenda do Estado de São Paulo “por se sentirem lesados em seu direito de propriedades argumentando que o Estado “apossou-se de suas terras e matas” sem expedir decreto de desapropriação e efetuar a indenização [...]” (Menarin, 2011, p.142).

A base para uma Ação de Desapropriação Indireta é dada quando o Poder Público ocupa propriedade particular, sem desapropriá-la legalmente, por meio de decreto, e encaminhar indenização do valor correspondente. É nesses termos que é construída a Ação, por parte do advogado da Usina Santa Rita S/A, assim interpretando a criação do Parque Estadual de Vassununga:

O Estado, entretanto, sem efetivar qualquer pagamento e sem compensar o débito fiscal, como parte da indenização devida, apossou-se das terras e florestas que considerou convenientes e interditou seu uso pela Usina, mantendo, desde meados de 1971, permanente vigilância com guardas florestais que impedem a derrubada das matas ou qualquer outra utilização econômica das áreas que contêm as melhores terras agricultáveis da Fazenda e as florestas mais valorizadas da região pelas madeiras de lei que as constituem (AUTOS da Ação de Desapropriação Indireta., v.1, f.03, grifos no original apud MENARIN, 2011, p.145).

Faz-se necessário destacar que só as cinco glebas de Floresta Estacional Semidecidual entraram na Ação de Desapropriação Indireta, a qual excluiu a gleba de Cerrado, demonstrando claro desinteresse pelo o Parque, já que a sua não incorporação à Ação e a sobreposição dela à área de Cerrado podem “compor um artifício para escamotear esse processo pelo qual se foi apropriada a área destinada a criação da Estação Biológica de Mangaíba”. (Menarin, 2011, p. 144).

Sendo assim, a sobreposição destas duas áreas foi funcional aos proprietários da Usina Santa Rita S/A, demonstrando um jogo de interesses, que, nesse momento, não se traduzia por uma oposição entre o público e o privado, mas por uma relação na qual os acordos se dão à margem das normas, em favor de um contexto maior, que é o regido pelos interesses capitalistas. (MENARIN, 2011, p.144-145).

Essa Ação teve início em outubro de 1973, tendo de um lado o advogado da Usina Santa Rita S/A o qual alegava que a Fazenda do Estado tomou posse de áreas pertencentes à primeira, sem o devido pagamento e, de outro lado, a Fazenda do Estado afirmando estar apenas cumprindo o Código Florestal. No entanto, já no começo da Ação estava implícito que o valor das áreas no qual a unidade de conservação se fixaria, excedia o valor dos créditos que a Fazenda do Estado possuía junto à Companhia Usina Vassununga.

Hely Lopes Meirelles, advogado da Usina Santa Rita S/A soube usar a favor desta a questão do Parque ser implantado em uma área na qual sua proteção fosse de fundamental importância, principalmente pela magnífica concentração de jequitibás, fato que promove a valorização daquele espaço no âmbito indenizatório. Essas práticas judiciais tem-se tornado frequentes para esses casos “a corrupção burocrática, sistêmica e generalizada, descobriu nas leis ambientais um pasto verdejante” (DEAN, 1996 apud MENARIN, 2011, p.235).

Desta forma, em novembro de 1988, a Fazenda do Estado de São Paulo ainda devia a Usina Santa Rita S/A a quantia de Cz\$ 2.517.493.075,79 pelos 832,14 hectares da Ação de Desapropriação Indireta.

## **6.4 Caracterização da Área de Estudo**

### **6.4.1 Clima**

Através da classificação climática de Koeppen, que se fundamenta em dados mensais pluviométricos, existem sete tipos climáticos no Estado de São Paulo. O Cwa é o dominante e abrange grande parte central do estado, inclusive Santa Rita do Passa Quatro, de acordo com o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura Cepagri - Unicamp, apresentando um clima tropical de altitude, com verão chuvoso e inverno seco, não ultrapassando os 30mm no mês mais seco, com temperatura média no mês mais quente próximas aos 22°C e no mês mais frio menores de 18°C, de acordo com o Plano de Manejo (SMA, 2009). No Parque, “a precipitação pluvial média anual é de 1.365,7 mm e evapotranspiração potencial de 1.160,61 mm. O balanço hídrico acusa deficiência hídrica de 62,4mm (maio a setembro), com um excedente de 267,5mm (janeiro a março) de água na estação chuvosa”. (SÃO PAULO, ESTADO, 2009, p.68).

Considera-se a cidade uma estância climática, a qual recebe uma verba anual do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) em torno de dois milhões de reais para ser investido em turismo.



#### 6.4.2 Geologia e Geomorfologia

A área de estudo está localizada no município de Santa Rita do Passa Quatro, nordeste do Estado de São Paulo, com Latitude 21°42'37"S e Longitude 47°28'41"W. O Parque está inserido na zona de contato entre a Cuesta Basáltica e a Depressão Periférica (Zona Mogi Guaçu), sendo que a primeira apresenta altitudes de 700 a 780 metros e a segunda de 540 a 650 metros (Anexo 03).

Nessa área, são observados relevos do tipo: rampas, colinas amplas, médias e pequenas, escarpas, morrotes residuais e planícies fluviais.

Os relevos da região são sustentados por arenitos das formações Pirambóia e Botucatu, basaltos e intrusivas básicas tabulares correlatas à Formação Serra Geral. Essas rochas são recobertas por sedimentos terciários da Formação Santa Rita, ocorrendo ainda sedimentos aluviais quaternários, depositados em planícies fluviais. (SÃO PAULO, ESTADO, 2009).

Referente à pedologia, de acordo com o Plano de Manejo (SÃO PAULO, ESTADO, 2009), foram identificados na área do parque, devido aos diversos tipos de rochas e relevo, o Neossolo Quartzarênico Órtico, Latossolo Vermelho-Amarelo, junto aos materiais arenosos e aos relevos de colinas, Nitossolo Vermelho, Latossolo Vermelho, dentre outros tipos.

Para que se compreenda com clareza foram criadas sete unidades de terreno de acordo com as propriedades pedológicas e geológicas e das particularidades dos tipos de relevo na área do Parque Estadual de Vassununga (Tabela 01).

Altitude (m)	Unidade de Terreno	Relevo	Substrato rochoso e cobertura detritica	Solos
640-770	I	Colinas amplas e Rampa	Arenitos da Fm. Botucatu e sedimentos arenosos da Fm. Santa Rita	Latossolo Vermelho-Amarelo, textura média e Neossolo Quartzarênico órtico típico eutrófico
620-670	II	Colinas amplas e médias	Arenitos da Fm. Pirambóia	Neossolo Quartzarênico órtico típico álico
640 -740	III	Colinas amplas amorceadas	Diabásios e basaltos da Fm. Serra Geral	Latossolo Vermelho distroférico, textura argilosa a muito argilosa
620-700	IV	Escarpa	Diabásios e basaltos da Fm. Serra Geral	Neossolo Litólico Eutrófico, Nitossolo Vermelho Eutroférico e Latossolo Vermelho distroférico, textura argilosa a muito argilosa
710-730		Morrotes residuais		
600-630	V	Colinas pedimentares	Diabásios e basaltos da Fm. Serra Geral	Latossolo Vermelho distroférico, textura argilosa a muito argilosa
560-600	VI	Colinas médias	Arenitos da Fm. Piramboia	Latossolo Vermelho, textura média
520-640	VII	Planície fluvial	Areia fina, argila, matéria orgânica e níveis de cascalho	Gleissolo Háplico, Gleissolo Melânico, Neossolo Flúvico Neossolo Quartzarênico hidromórfico

Tabela 01: Unidades de Terreno que ocorrem na região do Parque Estadual de Vassununga e seus principais atributos.

Fonte: Plano de Manejo (SÃO PAULO, ESTADO, 2009).

### 6.4.3 Vegetação

Dada a importância desses fragmentos para a região, cabe agora destacar a magnitude dos dois biomas encontrados no parque, a Mata Atlântica e o Cerrado. Segundo o Plano de Manejo (SÃO PAULO, ESTADO, 2009), para Myers et al. (2000), das aproximadas 20 mil espécies de plantas encontradas na Mata Atlântica, 8 mil são endêmicas. Quanto à fauna, das 1.361 espécies de vertebrados localizadas, 567 também são endêmicas, o que representa 2,1% dos vertebrados do planeta. “Quando os colonizadores europeus desembarcaram em terras brasileiras, as florestas da Mata Atlântica cobriam cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, mas atualmente restam apenas 7,5% da sua área original<sup>10</sup>.” (Myers et al., 2000; Costa, 2006 apud SÃO PAULO, ESTADO, 2009). A Mata Atlântica presente no Parque está representada pela Floresta Estacional Semidecidual, a qual possui como particularidade 20 a 50% das árvores caducifólias, as quais perdem suas folhas no inverno, devido ao baixo índice pluviométrico, de acordo com o Plano de Manejo (SÃO PAULO, ESTADO, 2009).

<sup>10</sup> Este alto índice de desmatamento da mata atlântica deve-se historicamente aos cultivos de cana de açúcar e café e ao intenso processo de urbanização.

O segundo bioma presente no Parque Estadual de Vassununga, na gleba Pé-de-Gigante é o Cerrado. “Reconhecido formalmente como Reserva da Biosfera, é apontado pela comunidade científica internacional como um dos *hot-spots* de biodiversidade”. (Myers et al., 2000 apud SÃO PAULO, ESTADO, 2009). Este reconhecimento se deve ao fato de o bioma apresentar um alto grau de endemismo. São 117 espécies de vertebrados e 4.400 espécies de plantas, segundo Myers et al. (2000) e também há grande preocupação quanto à ameaça de extinção dessas espécies, devido a sua pouca extensão de vegetação primitiva.

De acordo com Romariz (1996) esse bioma ocupa aproximadamente 1/5 do território nacional, predominantemente nos planaltos do interior e presentes tanto de forma contínua como em manchas, como no caso do Parque. “[...] se acham também estreitamente ligados: a profundidade do lençol d’água subterrâneo, tipos de solos e natureza das rochas que os originaram e a ação humana”. (ROMARIZ, 1996, p.37).

O Cerrado possui três formações na área do Parque: a Savana Florestada (Cerradão), Savana Arborizada (Cerrado sentido restrito) e a Savana Gramíneo-lenhosa (Campo), sendo que o percentual de cobertura deste já não mais é expressivo e intensifica ainda mais a ameaça da biodiversidade deste remanescente de vegetação natural em razão da fragmentação da referida unidade de conservação.

De acordo com o Almanaque Brasil Socioambiental (2008), “a partir da década de 1960, o Cerrado foi palco de crescente expansão da fronteira agropecuária, estimulada por políticas públicas e de créditos nacionais e internacionais voltadas para a exportação de grãos e de carnes” (RICARDO, B., CAMPANILI, M., 2008, p. 128). Ainda a respeito do Cerrado “caracterizado por sua biodiversidade e pela diversidade social, o Cerrado ainda é visto como mera fronteira para expansão do agronegócio brasileiro” (RICARDO, B., CAMPANILI, M., 2008, p. 128).

Desta forma, analisando estes aspectos, o Parque Estadual de Vassununga caracteriza-se por ser uma unidade de conservação de altíssima relevância na preservação e conservação de fragmentos de remanescentes desses biomas, protege espécies endêmicas e resguarda o pouco que ainda resta de Mata Atlântica e Cerrado no interior paulista. Conforme afirma o Plano de Manejo (SÃO PAULO, ESTADO, 2009):

O Parque Estadual de Vassununga é importante no contexto das estratégias de conservação da Floresta Estacional Semidecidual e do Cerrado, pois protege amostras representativas dessas formações, que têm um grande *deficit* de áreas protegidas. Além disso, localiza-se próximo a outras unidades de conservação (EEJ e PEPF), com interessantes possibilidades de conectividade.

A partir disso, nota-se o quão importante é investigar essa área e estudar as propostas que já foram implantadas pela administração do parque no intuito de contribuir para com a

melhoria da gestão e a eficácia na resolução dos problemas encontrados neste local, além de propor novas medidas que possam amenizar os conflitos da gestão e contribuir sobremaneira de forma positiva para o bom andamento do parque e para a sua sustentabilidade.

#### **6.4.4 Uso e Ocupação do Solo**

De acordo com o Plano de Manejo (SÃO PAULO, ESTADO, 2009) do Parque Estadual de Vassununga, somente 21,43% (12.954,67 ha) da Zona de Amortecimento possui vegetação natural. A maior parte desta área está coberta pela cultura da cana-de-açúcar, que abrange 34,81%, seguida do reflorestamento de *Eucalyptus* e *Pinus*, com 21,35%, além da terceira cultura presente na Zona de Amortecimento do Parque que é a de *Citrus*, com 12,02%. A pastagem ocupa 3,84% da região e os outros 5,68% pertencem as demais culturas agrícolas. (Anexo 04)

As monoculturas da cana-de-açúcar e citricultura são as que utilizam as maiores concentrações de herbicidas e agrotóxicos para o combate de pragas e ervas daninhas, aumentando consideravelmente a possibilidade de contaminação das águas subterrâneas. Por outro lado, o reflorestamento utiliza a menor quantidade de produtos químicos, por tanto pode ser considerado o menos impactante dentre os citados acima, além de servir até mesmo como corredor ecológico.

## 7. CAPÍTULO 04: RETOMADA DO CONSELHO CONSULTIVO E AS QUESTÕES DO ENTORNO

Com a mudança na gestão ocorrida no Parque Estadual de Vassununga, o atual gestor tem como desafios dois pontos principais: a aprovação do Plano de Manejo da unidade de conservação pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), concluído em 2009 e a retomada do conselho consultivo com participação quantitativa e qualitativa dos órgãos públicos e da sociedade civil buscando assim uma gestão participativa, foco deste trabalho.

Quanto ao Plano de Manejo, este encontra-se ainda em tramite, conforme entrevista cedida pelo gestor do Parque, uma vez que a sua Zona de Amortecimento é considerada muito grande e o CONSEMA não aprova sua extensão. A Zona de Amortecimento, conforme já discutido anteriormente, segundo o SNUC, no art. 2º, inciso XVIII, é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas as normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000). De acordo com o Plano de Manejo (2009), a zona tem por objetivo proporcionar a “melhoria da conectividade entre os remanescentes florestais da região, de modo que os corredores ecológicos devem ser implantados propriamente nessa zona”. (SÃO PAULO, ESTADO, 2009, p.185).

No entanto, o que acarreta a não aprovação do Plano de Manejo da unidade em questão é a área que essa zona ocupa, que abrange 60.006,16 hectares, segundo o Plano de Manejo (2009) (Anexo 05).

Para se calcular os limites da zona alguns critérios foram seguidos, conforme descritos abaixo:

- limite de 10 km, de acordo com a resolução CONAMA 13/90, com exceção dos setores oeste e noroeste, os quais ficaram restringidos pelo rio Vassununga. No setor leste, a zona faz limite com o perímetro urbano de Santa Rita do Passa Quatro;
- a Unidade está localizada em área de recarga do Aquífero Guarani;
- microbacia dos rios que fluem para o Parque;
- facilidade para identificação e fiscalização em campo, utilizando-se de acidentes geográficos e da malha viária para a definição de seus limites;
- áreas úmidas de importância ecológica para a área protegida (várzeas do rio Mogi Guaçu).

Dentro da Zona de Amortecimento há diversas normas de manejo que devem ser seguidas, como por exemplo, as obras de infraestrutura que devem se empenhar a fim de minimizar os impactos danosos ao meio ambiente. Não é aconselhável o corte da vegetação

nativa e o Parque deve incitar as ações de recuperação de áreas degradadas e das Áreas de Preservação Permanente, dentre outras medidas.

Apesar de todas essas normas de manejo serem identificadas na Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Vassununga, muitos são os impactos ambientais, classificados em 11 classes:

Acúmulo de lixo dentro das UCs, construções e culturas agrícolas em área de proteção permanente, construções em área de proteção permanente, culturas agrícolas em área de proteção permanente, córrego assoreado, córrego represado, floresta ribeirinha degradada, instalações industriais, pasto em área de proteção permanente, área de mineração, área submetida a queimadas. (Igari e Tambosi, 2006 apud SÃO PAULO, ESTADO, 2009, p. 187).

Em relação ao conselho consultivo, no começo do mês de Outubro, o atual gestor respondeu, durante a entrevista, um questionário com perguntas sobre o conselho, suas vantagens para o Parque, a participação da sociedade nas reuniões, decisões e sua retomada. (Apêndices 01 e 02).

Na metade do mesmo mês, a Fundação Florestal emitiu uma carta correndo sobre a renovação do conselho e do cadastramento da sociedade civil do Parque Estadual de Vassununga para o biênio 2013-2015 (Anexo 06 e 07). No mesmo mês, os novos membros foram notificados a indicar representantes – titular e suplente – para a nova composição das reuniões, as quais ainda não possuem datas definidas. (Anexo 08).

Seguem abaixo os representantes dos Órgãos Públicos e seus suplentes e os representantes da Sociedade Civil e seus suplentes para que se analise se o conselho será contemplado por todos os interessados na gestão da unidade de conservação em questão (Tabelas 02 e 03).

<b>Representantes – Órgãos Públicos</b>	<b>Suplentes</b>
Fundação Florestal	Fundação Florestal
Prefeitura de SRPQ	Prefeitura de SRPQ
UFSCar Araras	UFSCar Araras
USP Ribeirão Preto	USP Ribeirão Preto
ICMBio Pirassununga	ICMBio Pirassununga
Polícia Militar Ambiental	Polícia Militar Ambiental
Câmara Municipal de SRPQ	Câmara Municipal de SRPQ
ETEC Manoel Dos Reis Araújo	ETEC Manoel Dos Reis Araújo

Tabela 02: Representantes dos Órgãos Públicos e seus respectivos suplentes.  
Fonte: GIMENES, L. T., 2013.

<b>Representantes – Sociedade Civil</b>	<b>Suplentes</b>
Usina Santa Rita	Usina Santa Rita
Autovias S.A.	Autovias S.A.
Associação Mata Ciliar	Associação Mata Ciliar
International Paper do Brasil Ltda	International Paper do Brasil Ltda
Ass. Comercial e Empresarial de SRPQ	Ass. Comercial e Empresarial de SRPQ
Sindicato Rural Patronal de SRPQ	Sindicato Rural Patronal de SRPQ
Ass. Cultural e Ecológica Pau-Brasil	Ass. Cultural e Ecológica Pau-Brasil
UNICASTELO – Descalvado	UNICASTELO - Descalvado

Tabela 03: Representantes da Sociedade Civil e seus respectivos suplentes.  
 Fonte: GIMENES, L. T., 2013.

Em posse dos representantes e suplentes da Sociedade Civil e dos Órgãos Públicos para representar o conselho consultivo em sua retomada no Parque Estadual de Vassununga, será possível realizar uma análise sobre esses, identificando se todos os interessados na gestão da unidade de conservação foram chamados para fazer parte deste novo conselho e se assim também estarão responsáveis por compartilhar as responsabilidades, dificuldades desta área protegida de Santa Rita do Passa Quatro.

Há diversos interessados em colaborar para com a gestão de uma unidade, dentre eles podemos incluir especialmente a “instituição responsável e várias associações de residentes locais e usuários de recursos, mas também podem ser envolvidas organizações não-governamentais, administrações locais, autoridades tradicionais, instituições de investigação, comerciantes e outros.” (BORRINI-FEYERABEND, 1997, p.3).

No caso do Parque Estadual de Vassununga, o mesmo não possui residentes locais e usuários de recursos em sua área, fator que já descarta este que seria um dos principais interessados na gestão da unidade, já que uma má gestão afetaria a comunidade na obtenção de seus recursos naturais. Além disso, esses residentes contribuem de forma significativa para a gestão das unidades em que se encontram.

Segundo Borrini-Feyerabend (1997), outros atores interessados na gestão da área protegida são os organismos governamentais, encarregados pela gestão de recursos, como água doce, caça, floresta, turismo, agricultura e pesca. No conselho consultivo do Parque, estes atores estão representados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio Pirassununga), Fundação Florestal e Polícia Militar Ambiental.

Os atores, os quais representam as autoridades administrativas, como prefeituras, conselhos municipais e distritos são a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal. Tudo indica que o representante e o suplente da Prefeitura serão do Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ou então algum membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente, já que são os dois órgãos ligados ao meio ambiente existente dentro da Prefeitura.

Estão presentes também, nessa representação, para novo conselho consultivo os comerciantes e as indústrias locais, representados em Santa Rita do Passa Quatro pela Usina Santa Rita, International Paper do Brasil Ltda, Associação Comercial e Empresarial de Santa Rita do Passa Quatro e Sindicato Rural Patronal.

Incluem-se também as instituições de investigação e pesquisa e organizações não governamentais, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP, UFSCar Araras, ETEC Manoel dos Reis Araújo – Centro Paula Souza, UNICASTELO Descalvado, Associação Mata Ciliar, entidade civil sem fins lucrativos que desenvolve trabalhos de conservação ambiental e reabilitação da fauna e a Associação Cultural e Ecológica Pau-Brasil, também uma entidade civil sem fins econômicos de Ribeirão Preto, que tem por objetivo defender e preservar o patrimônio histórico, ambiental, cultural e ecológico.

Para finalizar, os interessados na gestão da unidade de conservação são compostos pelo próprio grupo da instituição pública, encarregada pela gestão das unidades e os incumbidos pelos projetos ambientais e de desenvolvimento. Porém, não há nenhum membro neste grupo.

A Autovias S.A., uma empresa privada não se encaixa em nenhum dos grupos acima, contudo merece destaque, pois ela possui a concessão da Rodovia Anhanguera (SP-330) administrando-a, além de cuidar da sua manutenção e fiscalização. Esta Rodovia corta o Parque, o que acaba por ocasionar muitas vezes a morte de animais silvestres e deixa os remanescentes de vegetação nativa muito expostos ao grande fluxo de automóveis e pessoas.

De uma maneira geral, nota-se que os representantes da Sociedade Civil e dos Órgãos Públicos do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Vassununga estão sendo representados de uma maneira paritária. No entanto, como as reuniões ainda não aconteceram e não há previsão para o seu início, deve-se aguardar para saber se de fato as opiniões serão qualitativamente paritárias ou não. Além disso, será de fundamental importância verificar se a sociedade como um todo frequentará essas reuniões e se importará com a preservação dos últimos fragmentos de vegetação nativa protegidos no município.

Borrini-Feyerabend (1997) elabora um quadro com os atores interessados na gestão de uma unidade de conservação, dentre eles estão os indivíduos (proprietários de terras dentro de uma UC ou em suas proximidades). No caso do Parque, a Usina Santa Rita e a International



Paper do Brasil Ltda. estarão representadas, visto que elas possuem vastas áreas com plantios muito próximos as glebas do Parque, o que traz prejuízos para as mesmas, ao serem atingidas por incêndios, corte da vegetação nativa e uso de agrotóxicos que afeta os remanescentes.

De acordo com a Adriana Silvestre Ramos Lioni, diretora do Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Rita do Passa Quatro, em entrevista, ela afirma que toda a extensão de terra próxima da gleba de cerrado Pé de Gigante ocupada com cana-de-açúcar pertence a Usina Santa Rita e a área com silvicultura cabe a International Paper do Brasil Ltda. Desta forma, os proprietários do entorno foram chamados para fazer parte do conselho, além de destacarmos a presença do Sindicato Rural Patronal fazendo parte como um dos membros, complementando esta categoria.

No entanto, é notória a discrepância visual no cenário, pois podemos notar a existência de culturas agrícolas no mapa de uso do solo (Anexo 04) muito próximas à gleba Pé de Gigante, remanescente de Cerrado, em especial a cana-de-açúcar e a silvicultura (Figura 09 e 10), além da Rodovia Anhanguera (SP-330), o que acaba por trazer diversos impactos à vegetação, pois ocorrem incêndios, corte de árvores, morte de animais silvestres e uso de agrotóxico.



Figura 09: Gleba de remanescente de Cerrado. Ao lado, a plantação de eucaliptos pela International Paper do Brasil Ltda.

Fonte: Foto da autora.



Figura 10: Remanescente de Cerrado ao lado da plantação de cana-de-açúcar (pertence à Usina Santa Rita, à frente) e da plantação de eucaliptos pela International Paper Brasil Ltda. (ao fundo).

Fonte: Foto da autora.

A partir disso, acredita-se que se fossem desenvolvidos projetos de agroecologia, melhores resultados seriam alcançados e menores impactos haveria para o Parque, visto que os processos de produção agrícola (monoculturas) e agropecuária usados atualmente, com suas tecnologias singulares, acarretam a degradação das bases ecológicas responsáveis por atender às necessidades alimentícias da população, fato que deve gerar, em longo prazo, uma crise sócio- ambiental.

De qualquer forma, a Agroecologia não se propõe como uma panacéia para resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas de nossos modelos de produção e de consumo, nem espera ser a solução para as mazelas causadas pelas estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas, senão que busca, simplesmente, orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentável e de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados. Defende-se que, a partir dos princípios da Agroecologia, existe um potencial técnico-científico já conhecido e que é capaz de impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura e, portanto, pode servir como base para reorientar ações de ensino, de pesquisa e de assessoria ou assistência técnica e extensão rural, numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade sócio-ambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009, p.13).

A agroecologia tem por princípio associar a sabedoria dos agricultores, que passa de geração por geração, aos conhecimentos das mais variadas ciências, de acordo com uma abordagem sistêmica, pluralista, holística e transdisciplinar admitindo a “compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis”. (CAPORAL; COSTABEBER & PAULUS, 2009, p.18).

As ideias norteadoras da agroecologia podem ser aplicadas para calcular a eficácia dos “sistemas agrícolas através do uso de várias técnicas e estratégias. Cada uma destas terá diferentes efeitos na produtividade, estabilidade e resiliência dentro dos sistemas de produção, dependendo das condições locais, limitações de recursos e, em muitos casos, do mercado.” (ALTIERI; NICHOLLS, 2003, p.146).

Os projetos agroecológicos têm como principal objetivo agregar elementos de modo que sua eficiência biológica seja melhorada. No entanto, sua capacidade de se sustentar, a biodiversidade deste componente e a produtividade do agroecossistema devem ser conservadas, além de tornar este sistema algo prático, alternativo, e eficaz para diversos lugares do mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho iniciou-se retratando o processo histórico do surgimento das unidades de conservação no Brasil e no Mundo, a partir da ideia de preservação dos locais de beleza cênica admiráveis. Pautada no mito da natureza intocada, na qual o homem era visto apenas como um observador e a ideia de comunidades habitando áreas protegidas harmoniosamente sem degradá-las não é admitida.

Esta concepção preservacionista prevaleceu por muito tempo, fazendo com que muitas comunidades tivessem que deixar seu local de origem, abrindo mão dos recursos naturais essenciais para sua sobrevivência. No entanto, verificou-se que apesar das unidades de conservação existirem, isso não impedia a destruição das florestas e o comprometimento da biodiversidade. Houve então uma mudança para a concepção conservacionista, a qual permitia a convivência dessas comunidades, as quais, na maioria das vezes, auxilia e ajuda a unidade em sua gestão, em seu desenvolvimento.

Desta forma, a gestão participativa torna-se a maneira mais eficaz para um bom andamento da área protegida e divide assim as responsabilidades das decisões e ações com diversos interessados. Por meio de uma gestão participativa, os atores interessados participam ativamente dos processos que envolvem a unidade como um todo, com o objetivo de agregar opiniões e experiências a fim de alcançar êxito ao resolver as mais diversas dificuldades.

Como forma concreta desta gestão participativa, tem-se o Conselho Consultivo, que funciona como espaço de diálogo entre a Sociedade Civil e os Órgãos Públicos e procura estabelecer um consenso para melhor gerir os conflitos da unidade. No caso do Parque Estadual de Vassununga, o conselho iniciou-se em 2009 pelo antigo gestor, ficando suspenso devido à ausência de seus membros nas reuniões. Com a posse do atual gestor será retomado para o biênio 2013-2015, embora neste primeiro ano apenas tenham ocorrido as indicações dos representantes e dos suplentes e ainda não tenha sido marcada nenhuma reunião.

O novo conselho contará com representantes da Sociedade Civil e de Órgãos Públicos. No entanto, devemos destacar que muitos desses membros não são do município de Santa Rita do Passa Quatro, o que pode ser considerado como aspecto negativo, por não estarem presentes na cidade, acabam não participando dos problemas diários do Parque e talvez não se envolvam completamente com a gestão. Outra questão a ser que levantada é o fato do conselho, iniciado em 2009, ter sido suspenso devido à ausência de membros que não compareciam às reuniões, caso que também pode acontecer com este novo conselho.

Tal fato, obviamente, deve ser evitado, pois esta unidade, que neste momento está retomando seu conselho, um dos instrumentos para efetivação da gestão participativa, deve

enfrentar os empecilhos pelos quais passa: é toda fragmentada, cortada por uma Rodovia com alto fluxo diário de veículos, possui seu entorno todo tomado por culturas de cana-de-açúcar, silvicultura, com a presença constante de uso de agrotóxicos, incêndio, corte de árvores, além do seu Plano de Manejo ainda não ter sido aprovado pelo CONSEMA devido a Zona de Amortecimento ser muito abrangente. Deve-se ainda tentar ao máximo reestabelecer seu Conselho Consultivo, com reuniões regulares que contribuam de fato para a eficácia da gestão participativa.

Além disso, foi proposto como medida que contribui para minimizar os impactos da região colaborando também para uma gestão participativa, os projetos de agroecologia, visto que eles têm por objetivo, a partir de uma abordagem holística e sistêmica, desenvolver estratégias de desenvolvimento de produção agrícola e agropecuária mais sustentável, visando diminuir a degradação do planeta, uma vez que os recursos são limitados.

Após todos esses pontos discorridos, é clara a relevância do Parque Estadual de Vassununga para Santa Rita do Passa Quatro e como um dos poucos remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual e Cerrado ainda preservados no Brasil. Portanto, para que a gestão participativa aconteça de fato, é necessário o comprometimento de todos os envolvidos e interessados, nas reuniões do Conselho, da sociedade como um todo, a fim de atingir o sucesso da gestão. O Parque, com todas as suas peculiaridades já descritas, torna-se ainda mais atrativo e somado ao interesse dos atores e da comunidade será possível desenvolver projetos, dar andamento às reuniões do Conselho e alcançar a gestão participativa como um processo contínuo presente nessa unidade de conservação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C.I. *Agroecologia: Resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição*. In: Ciência & Ambiente, Santa Maria, v.14, n.27, p.141-152, jul./dez., 2003.

AMORIM, L.; FRATTOLILLO, A. B. R. *Trabalho de Campo e Prática de Educação Ambiental e Geográfica*. Disponível em: <[http://egal2009.easyplanners.info/area03/3196\\_Nunes\\_Amorim\\_Leonardo.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area03/3196_Nunes_Amorim_Leonardo.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2011.

BENSUSAN, N. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORRINI-FEYERABEND, G. *Manejo Participativo de Áreas Protegidas: Adaptando o Método ao Contexto*. Temas de Política Social, UICN-SUR Quito (Equador), 1997.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto federal nº 4.340*. 22 de agosto de 2002.

BRASIL. *Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2012

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A. & PAULUS, G. *Agroecologia : uma ciência do campo da complexidade*. Brasília, DF: Paulus, 2009. p.1-64.

Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura Cepagri – Unicamp. Disponível em <<http://www.cpa.unicamp.br>>. Acesso em: 16 out. 2013.

CESAR, C. P. *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal: um estudo evolutivo e das competências da instituição*. Monografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Florestas. p. 5-21. Seropédica, 2010. p. 5 - 21

CUNHA, C. C. e LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação*: Elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. In: Ambiente & Sociedade. Campinas. v.XI, n.2. p. 237 – 253. 2008.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, A.C.S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FARIA, H. H. *Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil*. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

Fundação Florestal. Disponível em < <http://fflorestal.sp.gov.br>>. Acesso em 20 jun. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 15 mai. 2013.

Instituto Florestal. Disponível em <<http://iflorestal.sp.gov.br>>. Acesso em 23 abr. 2013.

KERHART, C. S. B. *Gestão participativa nas unidades de conservação de proteção integral: implantação do conselho consultivo no parque estadual do Jaraguá*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

MENARIN, C. A. *À sombra dos jequitibás: o Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969 – 2005)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

PALMIERI, R., & VERÍSSIMO, A. *Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua criação e seu funcionamento*. Belém/ São Paulo: Imazon e Imaflora, 2009.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro. Disponível em <<http://www.pmsantaritadopassaquatro.com.br/>>. Acesso em 18 set. 2012.

RICARDO, B., CAMPANILI, M. (orgs). *Almanaque Brasil Socioambiental*. 2.ed. Instituto Socioambiental, 2008.

RISSO, L. C. *Cultura caiçara – chave para a conservação ambiental – um estudo em Picinguaba – Ubatuba/ SP*. Monografia da Universidade Estadual Paulista. Campus Rio Claro. 1998.

\_\_\_\_\_. *Zoneamento do parque ecológico de Ourinhos SP*. RA'EGA, v. 23, p. 489-519, 2011.

ROMARIZ, D. de A. *Aspectos da vegetação do Brasil*. 2.ed. São Paulo, Edição da Autora, 1996.

SÃO PAULO. *Decreto estadual nº 49.672*. 6 de junho de 2005.

SÃO PAULO, ESTADO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Plano de Manejo do Parque Estadual de Vassununga*. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente; IF, 2009. No prelo.

UICN. *Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas*. Dudley, N. (Editor). Gland, Suíza, Reino Unido. x + 96pp, 2008.

Wikipédia. Santa Rita do Passa Quatro. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa\\_Rita\\_do\\_Passa\\_Quatro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita_do_Passa_Quatro)>. Acesso em 10 set. 2013

WWF-Brasil. *Efetividade de gestão das unidades de conservação no Estado do Amazonas*.

WWF-Brasil, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: WWF-Brasil, 2011. p. 17-22.; il. color. ; 29 cm.

# APÊNDICES



Questionário referente ao Parque Estadual de Vassununga – SP.  
 Trabalho de Conclusão de Curso: "ESTUDO DA GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA – SP".  
 Responsáveis pelo questionário: Larissa Gândara Simão e Profa. Dra. Luciene Cristina Rizzo – UNESP Ourinhos.

Responsável pelo fornecimento das respostas:

Nome: Luis Taduo Jimenus

Cargo: gestor

Escolaridade: Superior Completo

1. Como é/ será feita a participação social na Unidade de Conservação?

Conselhos

Outras/ Parcerias/ Ações

2. Sobre o conselho consultivo:

2.1 Iniciou-se em 2009

2.2 Está atuante?

Sim

Não – Se não, porquê?

O conselho consultivo do Parque não está mais atuante, segundo informações do antigo gestor devido a falta de comprometimento de muitos dos membros, os quais não frequentavam as reuniões acarretando problemas para o bom andamento da gestão da unidade.

3. Quais as vantagens que o conselho pode trazer para a Unidade de Conservação?

O conselho é um espaço de diálogo, para se resolverem questões complexas, responsabilidades sobre diversas questões

que envolvem uma unidade e sua gestão. Deve contar com a participação da sociedade a fim de garantir uma gestão eficaz e com membros interessados em cooperar para o bem do Parque.

**4. Você acredita que por ser um conselho consultivo e não deliberativo (sociedade não deliberações), a participação desta é menos significativa? (reuniões menos práticas, mais burocráticas)**

De forma nenhuma, a participação da sociedade nas reuniões do Conselho é muito importante e deve sempre ser levada em consideração. O convite será feito para a comunidade do entorno do Parque e as reuniões serão abertas a toda a população que queira e tenha interesse em participar da gestão do PEU.

**5. Existe a intenção de se retomar as reuniões do conselho? Se sim, como isso se será feito?**

Sim. Os convites serão encaminhados no máximo em vinte dias para que ocorra a indicação dos membros representantes e suplentes da Sociedade Civil e dos Órgãos Públicos para que se retomem as reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Vassunguá.

# **ANEXOS**

## Anexo 01: Carta de Aprovação da COTEC.



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO FLORESTAL

Rua do Horto, 931 – CEP 02377-000 – S. Paulo, SP - Brasil - Fone: (0xx11) 2231-8555  
www.iflorestal.sp.gov.br

PROCESSO SMA Nº : 260108 - 015.706/2012  
INTERESSADO : Larissa Gândara Simão  
ASSUNTO : Encaminha o projeto de pesquisa: "Estudo da Gestão do Parque Estadual de Vassununga – SP"  
EQUIPE : Larissa Gândara Simão e Luciene Cristina Risso  
VIGÊNCIA : Janeiro de 2013 a Novembro de 2013

Carta COTEC nº. 158/2013 D214/2012 PGH  
São Paulo, 18 de abril de 2013.

Senhora  
Larissa Gândara Simão  
Rua Silva Jardim, 193  
Ourinhos-SP  
CEP: 19.900-191  
Tel. (19) 8112-0647  
larissasimao@yahoo.com.br

Apraz-nos informar que o projeto "Estudo da Gestão do Parque Estadual de Vassununga – SP", constante do processo em referência, de autoria de Larissa Gândara Simão e Luciene Cristina Risso, foi aprovado para ser executado, no período de Janeiro de 2013 a Novembro de 2013, na seguinte Unidade:

UNIDADE e RESPONSÁVEL	ENDEREÇO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Parque Estadual de Vassununga  Ao responsável pela Unidade	<p>a) <u>Sede Administrativa:</u> Endereço: Parque Estadual de Vassununga Horto Florestal Caixa Postal 147 Telefones para informação: (19) 3582-1807 E-mail: pe.vassununga@iflorestal.sp.gov.br</p> <p>Dias e horário de funcionamento: de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 17h.</p> <p>b) <u>Visitação:</u> Endereço: Rodovia Anhanguera – SP-330, km 245 Santa Rita do Passa Quatro-SP CEP: 13.670-000</p> <p>Dias e horário de funcionamento: de segunda-feira a domingo das 8h às 16h.</p>	<p>Com relação à realização do projeto no Parque Estadual de Vassununga, manifestamos: De acordo com a execução do projeto;</p> <p>Com relação ao planejamento da Unidade, o Parque Estadual de Vassununga possui: Plano de Manejo (PM);</p> <p><u>As seguintes colocações devem ser observadas pelos autores, por ocasião da visita a esta Unidade:</u></p> <p>O projeto prevê realizar uma análise sobre a gestão do Parque no período entre 1996 e 2012, com ênfase na relação do Parque com o entorno e no funcionamento do Conselho Consultivo, analisando dificuldades, propondo medidas que minimizem os conflitos ou melhorem a gestão participativa;</p> <p>Trata-se de um projeto de iniciação científica, de curto prazo. É necessário mencionar o orientador do projeto;</p> <p>Será aplicada uma entrevista com o gestor do parque. Sugere-se que seja anexada a entrevista (questões) a serem formuladas para conhecimento e sugestões pelo gestor do Parque;</p> <p>Os interessados pretendem acessar atas de reunião do Conselho Consultivo para análise, que dependerá de solicitação ao gestor do Parque;</p> <p>O projeto poderá ser aprovado, sendo necessário o envio ao Parque para apreciação;</p> <p>Trata-se de um tema importante a ser desenvolvido, requerendo, no entanto, maiores esclarecimentos quanto à metodologia,</p>

## Anexo 02: Carta de Aprovação da COTEC.



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO FLORESTAL

Rua do Horto, 931 – CEP 02377-000 – S. Paulo, SP - Brasil - Fone: (0xx11) 2231-8555  
www.iflorestal.sp.gov.br

PROCESSO SMA Nº. : 260108 - 015.706/2012  
 INTERESSADO : Larissa Gândara Simão  
 ASSUNTO : Encaminha o projeto de pesquisa: "Estudo da Gestão do Parque Estadual de Vassununga – SP"  
 EQUIPE : Larissa Gândara Simão e Luciene Cristina Risso  
 VIGÊNCIA : Janeiro de 2013 a Novembro de 2013.

UNIDADE e RESPONSÁVEL	ENDEREÇO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>proposta de forma superficial e genérica, em especial quanto aos instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados;</p> <p>Quanto à abrangência da metodologia: não específica como deverão ser obtidos dados de outros temas investigados, como por exemplo, o atropelamento de animais na região de entorno;</p> <p>Relatórios parciais e final encaminhados à COTEC devem também ser remetidos à administração do Parque Estadual de Vassununga, para serem juntados ao acervo da Unidade.</p>

*"Sugere-se adequar os itens: ! Revisão Bibliográfica; ! Métodos.*

*O presente projeto de Iniciação Científica tem como objetivo analisar a gestão do P.E. de Vassununga.*

*É necessário adequar o item Procedimento metodológicos, não está claro.*

*Confirmar se a pesquisa tem se financiamento da FAPESP.*

*Sugestão de leitura:*

*1) Vânia Korman. Proposta de interligação das glebas do Parque Estadual de Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro - SP). 2003. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas)- Universidade de São Paulo. Orientadora: Vânia Regina Pivello.*

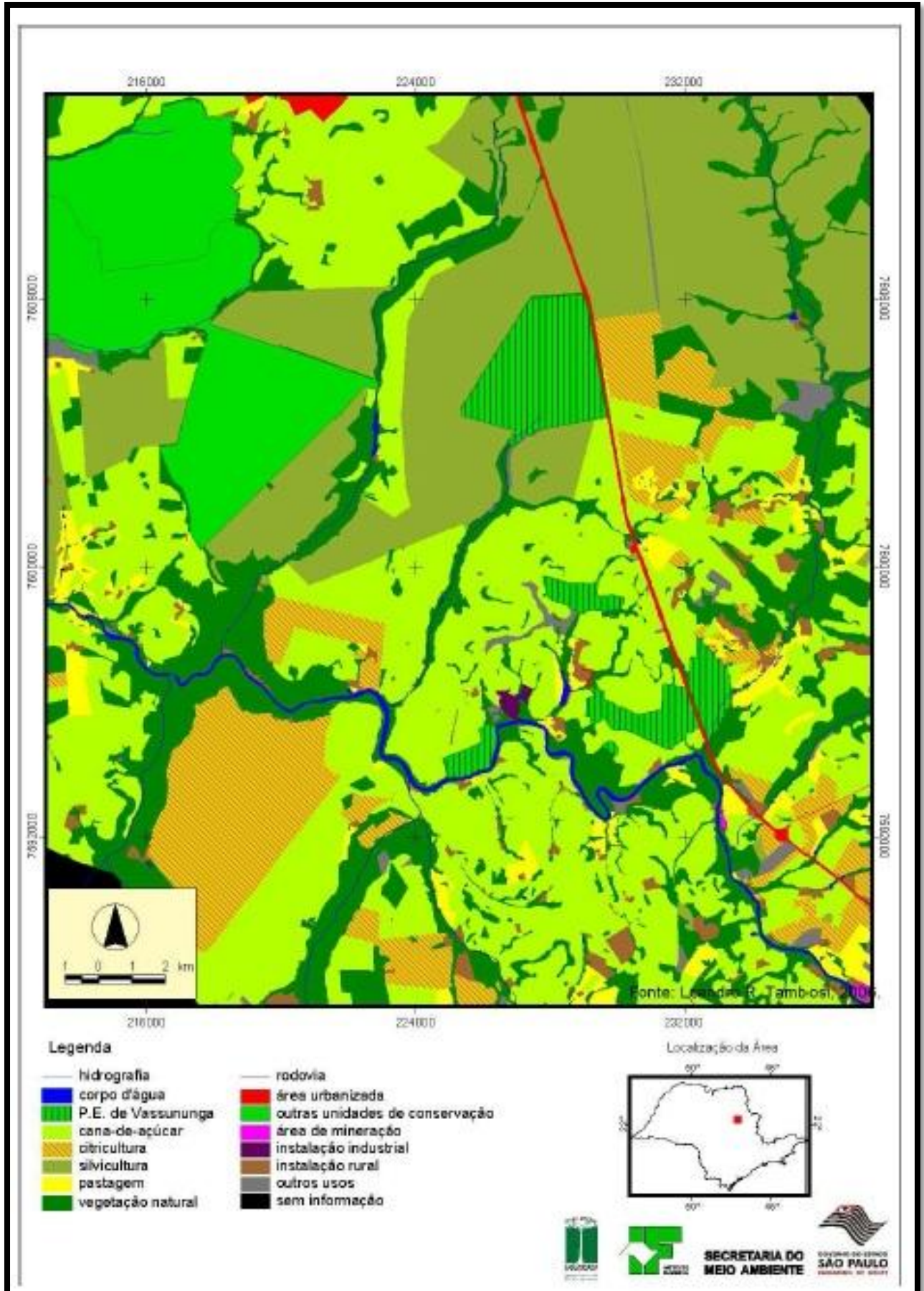
*2) Claudia Nagako Shida. Levantamento da distribuição espacial e temporal dos elementos da paisagem e de seus determinantes, na região dos municípios de Luiz Antônio e Santa Rita do Passa Quatro (SP), como subsídio ao planejamento ambiental. 2000. Dissertação (Mestrado em Ecologia)-Universidade de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Vânia Regina Pivello."*

Por ocasião das visitas nesta Unidade, solicitamos:

1. Agendar os trabalhos de campo junto à administração da Unidade, com antecedência mínima de 15 dias, fornecendo o nome de todos os membros da equipe visitante;
2. Visitas de pesquisadores, representantes de outras instituições, convidados, pesquisadores estrangeiros, alunos, amigos, fotógrafos, imprensa, etc., não relacionados no projeto original como membro da equipe executora devem ser previamente notificadas e autorizadas pela administração da Unidade;
3. Permitir acompanhamento por pessoal da Unidade, quando o responsável pela Unidade assim estabelecer;
4. Atividades não previstas no projeto original estão vetadas, devendo ser previamente notificadas e submetidas à análise e aprovação do Instituto Florestal;
5. Atividades não previstas no projeto original, como a captura e manipulação da fauna, estão vetadas, devendo ser previamente notificadas e submetidas à análise e aprovação do Instituto Florestal;
6. Portar a licença do SISBIO/IBAMA. Quando renovada, apresentar cópia para ser anexada ao processo;
7. Somente os autores nomeados na licença do SISBIO/IBAMA poderão efetuar coletas;

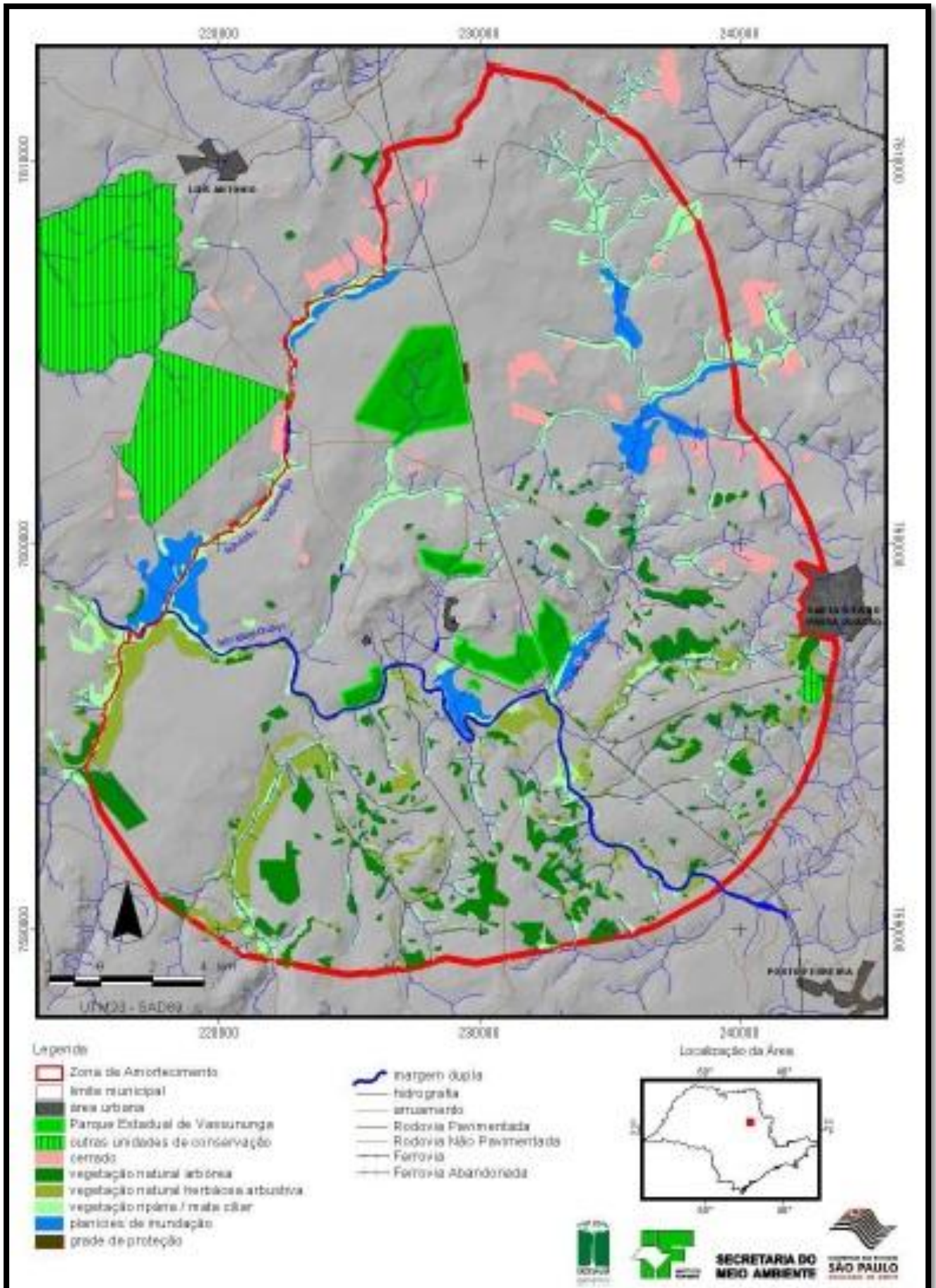


Anexo 04: Mapa de uso do solo da região do Parque Estadual de Vassununga.



Fonte: Plano de Manejo Parque Estadual de Vassununga (SÃO PAULO, ESTADO, 2009).

Anexo 05: Mapa da Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Vassununga.



Fonte: Plano de Manejo Parque Estadual de Vassununga (SÃO PAULO, ESTADO, 2009).



**Anexo 06:** Carta da Fundação Florestal dispendo sobre a renovação do Conselho Consultivo.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

<b>PORTARIA FF nº 280/2013</b>	
<b>Dispõe sobre a renovação do Conselho Consultivo e cadastramento da sociedade civil do Parque Estadual Vassununga, biênio 2013-2015, e dá providências correlatas.</b>	<b>Data de emissão:</b> 16/10/2013

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.

Considerando a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o Decreto Federal nº 4340, de 22 de agosto de 2002 que a regulamenta.

Considerando o Decreto Estadual nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, que criou o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR e transferiu a responsabilidade da gestão de unidades de conservação estaduais para a Fundação Florestal.

Considerando o Decreto Estadual nº 49.672, de 06 de junho de 2005, que dispõe sobre a criação, composição e estabelece diretrizes para o funcionamento do Conselho Consultivo em Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo.

Considerando o Decreto Estadual nº 52.546, de 26 de outubro de 1970, que criou o Parque Estadual Vassununga.

**RESOLVE:**

Artigo 1º - O Conselho Consultivo do Parque Estadual do Vassununga é integrado por 16 (dezesseis) membros titulares e 16 (dezesseis) membros suplentes, sendo 50% do Setor Público e 50% da Sociedade Civil organizada, a saber:


I – Representantes de instituições públicas, que indicarão seus representantes, 8 (oito) membros titulares e 8 (oito) membros suplentes:

	TITULAR	SUPLENTE
1	FUNDAÇÃO FLORESTAL	FUNDAÇÃO FLORESTAL
2	Prefeitura de Santa Rita do Passa Quatro	Prefeitura de Santa Rita do Passa Quatro
3	UFSCAR de Araras	UFSCAR de Araras
4	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Ribeirão Preto - USP	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Ribeirão Preto - USP
5	IBAMA de Pirassununga- CEPTA	IBAMA de Pirassununga- CEPTA
6	Polícia Ambiental	Polícia Ambiental
7	Câmara de Vereadores de Santa Rita do Passa Quatro	Câmara de Vereadores de Santa Rita do Passa Quatro
8	ETEC Manoel dos Reis Araújo- Centro Paula Souza	ETEC Manoel dos Reis Araújo- Centro Paula Souza

II – Oito representantes titulares e 8 (oito) representantes suplentes da sociedade civil organizada, eleitos entre seus pares, conforme disposto no artigo 2º desta Resolução.



**Anexo 07:** Carta da Fundação Florestal dispendo sobre a renovação do Conselho Consultivo.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Artigo 2º - Os representantes das instituições da sociedade civil, cadastradas e habilitadas de acordo com o Artigo 3º desta Portaria, definirão, em reunião especialmente convocada para este fim, a ocupação das cadeiras de titulares e suplentes no Conselho para o biênio 2013-2015.

Parágrafo Único - Os critérios para a definição de titularidade e suplência ficarão a cargo das instituições habilitadas e presentes no dia da reunião.

Artigo 3º - O cadastramento das instituições da sociedade civil se dará mediante a apresentação dos seguintes documentos, em cópia simples ou arquivo PDF:

- I. Comprovação da localização da sede ou declaração de representação ou atuação na região onde se localiza o Parque Estadual Vassununga.
- II. Estatuto das instituições, devidamente registrado em cartório, anterior a data desta Portaria.
- III. Ata da constituição da diretoria atual;
- IV. Ficha de cadastro preenchida e assinada pelo responsável legal (Anexo I).

Parágrafo Primeiro - Os documentos deverão ser encaminhados por uma das duas formas indicadas abaixo, em até **15 dias** a partir da data da publicação desta portaria no site da Fundação Florestal ([www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br)):


- a) Arquivos PDF deverão ser enviados para o e-mail [claudiavaniziff@yahoo.com.br](mailto:claudiavaniziff@yahoo.com.br).
- b) Cópias simples deverão ser entregues ou enviadas para:

PARA	A/C	ENDEREÇO
Fundação Florestal	Cláudia Avanzi	Rua do Horto, 931- Horto Florestal - São Paulo SP - CEP 02377-000

Parágrafo Segundo - Os envelopes deverão ser identificados contendo os seguintes dados: nome da instituição da sociedade civil e Conselho Consultivo do Parque Estadual Vassununga.

Artigo 6º Os documentos das instituições da sociedade civil que não estiverem devidamente identificados, em seus envelopes, que não sejam entregues ou enviados em arquivos PDF no prazo determinado e que não atendam ao disposto no Artigo 3º serão desconsiderados.

Diretoria Executiva, 16 de outubro de 2013



**OLAVO REINO FRANCISCO**  
Diretor Executivo

2

**Anexo 08:** Solicitação de indicação de representante para composição do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Vassununga.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

OF. DE 2046/2013.

São Paulo, 21 de outubro de 2013.

**Ref.: Indicação de representante para compor o Conselho Consultivo do Parque Estadual Vassununga**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Vimos solicitar a indicação de representantes – titular e suplente, com respectivos números de RG –, da Câmara de Vereadores de Santa Rita do Passa Quatro no Conselho Consultivo do Parque Estadual Vassununga, que se encontra em processo de renovação para o biênio 2013-2015.

Sem mais para o momento, manifestamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

  
**OLAVO REINO FRANCISCO**  
 Diretor Executivo  
 Anita Correia de S. Maia  
 Coord. Núcleo Metropolitana/Inter.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**DOMINGOS ANTONIO DE MATTOS**  
 DD. Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Rita do Passa Quatro  
**SANTA RITA DO PASSA QUATRO – SP**

/gfa



Rua do Horto, 931 - Horto Florestal - São Paulo - CEP 02377-000 Tel.11 2997 5000 - [www.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal](http://www.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal)

Fonte: Câmara Municipal de Santa Rita do Passa Quatro.